

**HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**

**PROCESSO DE COMPRAS Nº 03-80/2019**

**EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO  
N.º 152/2019**

**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS: INICIO: DIA 14/02/2020;**

**ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:**

**DIA 02/03/2020 ÀS 10:00 HORAS.**

**ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:**

**DIA 02/03/2020 A PARTIR DAS 10:15 HORAS.**

**MODO DA DISPUTA: CONFORME INCISO I DO ART.31 DO DECRETO 10.024/19.**

**QUESTIONAMENTOS DURANTE O PREGÃO: DEPOIS DE FINALIZADO A FASE DE LANCES, OS LICITANTES PODERÃO ENVIAR SUAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO OBJETO ARREMATADO, ATRAVÉS ENDEREÇO ELETRÔNICO CPL@PBH.GOV.BR.**

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: PODERÃO SER FORMULADAS DE ACORDO COM O ITEM 4 DO EDITAL.**

**SITES PARA CONSULTAS DOS EDITAIS: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) (opção licitações).**

**FONE: (31) 3277-6178 - FAX: (31) 3277-6201**

**MANUAL DO FORNECEDOR:** ALERTAMOS QUE DEVERÃO SER OBSERVADAS AS REGRAS DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA PELO LINK [WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR/FORNECEDOR/MANUAIS-1](http://WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR/FORNECEDOR/MANUAIS-1), (CLICAR EM PREGÃO ELETRÔNICO) PARA QUE NÃO OCORRAM DÚVIDAS DE PROCEDIMENTO DURANTE A SESSÃO. AS DÚVIDAS DE CARÁTER TÉCNICO QUANTO A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DEVERÃO SER RESOLVIDAS JUNTO AO SUPORTE DO SERPRO, PELO TELEFONE 0800-978-9001.

**REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA.**

O Pregão será realizado pelo Pregoeiro Edmundo Souzalima Caldoncelli Franco – HM 6026-9, designado pela Portaria nº 010/2019 e sua Equipe de Apoio abaixo relacionada:

**Equipe de Apoio:**

Anderson Cleyton Milhorato Pereira - Gerente de Infraestrutura e Manutenção Hospitalar HM: 6019-6 - Área de lotação- GINFRA.

Renata Cristina de Oliveira de Paula - Matrícula: HM: 05621-0

**1. PREÂMBULO**

O Hospital Metropolitano Odilon Behrens, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93 e posteriores alterações, Lei Federal n.º 10.520/02, Lei Complementar 123/06, Decreto Municipal n.º 10.710/01, Decreto Municipal n.º 12.436/06, Decreto Municipal n.º 12.437/06, Decreto Municipal n.º 14.297/2011, Decreto Municipal 15.154/2013, Decreto Municipal 16.535/16, Decreto Federal 10.024/19 e demais legislações aplicáveis.

**2. DO OBJETO**

**2.1.** Constitui objeto desta licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS, GÁS ACETILENO E ÓXIDO NITROSO PARA ATENDER A DEMANDA CONTÍNUA**, conforme quantidades, especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos.

**2.2.** INTEGRAM ESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DELE FAZENDO PARTE COMO SE TRANSCRITOS EM SEU CORPO, OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I, contendo Descrição do Objeto.  
ANEXO II, contendo Modelo de Proposta de Preços.  
ANEXO III, “A” e “B”, contendo a Minuta de Contrato de aquisição e de comodato  
ANEXO IV, contendo o modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.  
ANEXO V, contendo o modelo de Declaração de Condição de ME OU EPP.  
ANEXO VI, contendo o modelo de Atestado de Visita Técnica.  
ANEXO VII, contendo o modelo de declaração de disponibilidade de profissional engenheiro, instalações e pessoal técnico para a realização dos trabalhos objeto da licitação.

### **3. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES**

3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Belo Horizonte, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “COMPRASNET” constante da página eletrônica [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

3.3. O licitante que desejar mais informações sobre a licitação deverá dirigir-se à Sala da Comissão Permanente de Licitações, na Av. José Bonifácio, s/nº, Bairro São Cristóvão – Belo Horizonte/MG, Telefone 3277-6178, fax 3277-6201, no horário de 08:00 as 16:00 horas, e-mail: [cpl@pbh.gov.br](mailto:cpl@pbh.gov.br).

### **4. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS**

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

4.1.1. Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro àqueles interessados por meio do endereço eletrônico [cpl@pbh.gov.br](mailto:cpl@pbh.gov.br). O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

### **5. CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderão participar deste procedimento licitatório os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

5.2. Estarão **impedidos** de participar de qualquer fase do processo, os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

5.2.1. Tenham sido declarados inidôneos para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da administração direta ou indireta no âmbito federal, estadual e municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único, do artigo 97, da Lei Federal n.º 8.666/1993, bem como as sanções previstas no art. 49 do Decreto Federal Nº 10.024/2019.

5.2.2. Esteja cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS.

5.2.3. Estejam constituídos sob a forma de consórcio<sup>1</sup>.

5.2.4. Estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação.

<sup>1</sup>NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão Eletrônico em tela.

**5.2.5.** Tenham como sócio(s) servidor(es) “*lato sensu*” (ocupantes de cargo efetivo/comissionado ou titulares de emprego público), agentes políticos ou dirigente(s), da Administração Direta ou Indireta do Município de Belo Horizonte.

**5.2.6.** Seja servidor “*lato sensu*” ou dirigente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

**5.2.7.** Todos demais casos proibidos pela legislação vigente.

## **6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

XII - Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

3

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

## **7. DO PROCEDIMENTO PARA CREDENCIAMENTO JUNTO AO PROVEDOR DO SISTEMA**

**7.1.** Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Pregão Eletrônico tradicional para fornecedores”, disponibilizado no endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**7.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**7.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilização legal do licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**7.4.** O licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à provedora do sistema ou ao HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**7.5.** Caberá aos licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante do desconhecimento operacional do sistema ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Decreto Federal n.º 10.024/2019).

- **PROBLEMAS COM CONEXÃO E/OU DÚVIDAS SOBRE O SITE COMPRASNET, UTILIZAR O SEGUINTE NÚMERO: 0800-978-9001.**

## **8. DO ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

**8.1.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de

preços, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

**8.1.1.** A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do sítio **www.comprasnet.gov.br**.

**8.2.** Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se previamente no Sicaf ou, na hipótese de que trata o §2º do art. 5º, no sistema eletrônico utilizado no certame;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

4

**8.3.** A apresentação da proposta implica na DECLARAÇÃO, sob as penas legais, que o licitante atende às exigências de habilitação previstas neste Edital.

**8.3.1.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

**8.4.** Não será admitida a desistência da proposta/lance, após o início ou o encerramento da fase de lances.

**8.4.1.** EXCEPCIONALMENTE, após o encerramento da fase de lances, poderá ser acatado o pedido de desistência da proposta, em razão de motivo justo e devidamente comprovado pela licitante, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.

**8.4.2.** Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no subitem acima a licitante desistente ficará sujeita a aplicação de penalidades estabelecidas neste Edital.

## **9. DA ABERTURA E PROCEDIMENTOS NA ETAPA DE DISPUTA DE PREÇOS**

**9.1.** A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, onde o Pregoeiro procederá à abertura das propostas de preços recebidas - respeitando-se o sigilo estabelecido pelo sistema - passando a avaliar a aceitabilidade das propostas.

**9.1.1.** Para usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão, se comprometendo, caso venha a vencer o certame utilizando-se do benefício, a apresentar toda a documentação elencada no presente Edital que ateste o seu enquadramento.

**9.2.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos interessados deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. Para o lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**9.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**9.3.1.** Os licitantes poderão encaminhar lances com valor superior ao menor lance registrado pelo sistema, desde que seja inferior ao seu próprio e último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o objeto.

**9.4.** Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

**9.5.** A duração da etapa de lances da sessão pública, definida para o objeto, será controlada e encerrada pelo Pregoeiro, mediante aviso por mensagem acionada e emitida pelo sistema eletrônico.

**9.6.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, em conformidade ao inciso I, art. 31 do Decreto nº 10.024/19. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de no mínimo 0,01%**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**9.6.1.** No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**9.6.2.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item 9.6.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**9.6.3.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 9.6.2, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**9.6.4.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

**9.7.** Após o encerramento da fase de lances, o Pregoeiro deverá encaminhar via chat no sistema eletrônico contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor preço, em consonância ao estabelecido no Acórdão TCU nº 1872/2018 e ao estabelecido no art. 38 do Decreto Federal 10.024/2019.

**9.7.1.** Mesmo com o encerramento da sessão pública pelo Pregoeiro, o sistema emitirá tempo extra, conforme prevê o subitem 9.6.

**9.8.** O sistema informará a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**, imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

**9.8.1.** Encerrado o item pelo Pregoeiro, com a identificação do licitante classificado com o menor lance, o sistema estará disponível para mensagens pelos licitantes sobre o item em questão, até que seja declarado o vencedor, pelo Pregoeiro.

**9.9.** Após a disputa do item, ocorrendo a situação de empate prevista nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar n.º 123/2006, o sistema eletrônico possibilitará, automaticamente, a condução pelo Pregoeiro dos procedimentos para obtenção dos benefícios previstos para as ME e EPP.

**9.10.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro emitirá comunicado ao licitante classificado em primeiro lugar para que apresente a proposta comercial conforme Item 10 e a documentação listada no Item 12, até no máximo 2 (dois) dias úteis, contados a partir do referido comunicado.

**9.10.1.** As Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, deverão apresentar toda a documentação listada no item 12, mesmo que esta apresente alguma restrição, **acompanhada da documentação elencada na alínea “e” do subitem 12.1.3 deste Edital, conforme o caso.**

**9.10.1.1.** Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal a devida regularização ocorrerá conforme disposto no subitem 9.13.

**9.11.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o interessado desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

**9.11.1.** A autoridade competente, observando-se o motivo do não atendimento das exigências habilitatórias, poderá aplicar o disposto no subitem 14.1 deste Edital.

**9.12.** Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

**9.13.** Nos termos do § 1.º do art. 43 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de setembro de 2006, alterado pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014, após a arrematação do item, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**9.13.1.** Nos termos do § 2.º do art. 43 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de setembro de 2006, alterado pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.13, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e no presente Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**9.14.** Os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

## **10. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PREÇOS**

### **10.1. Da proposta de preços no sistema eletrônico:**

**10.1.1.** A(s) empresa(s) licitante(s) deverá (ão) apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL.**

**10.1.1.1.** Os Itens deste Pregão são numerados sequencialmente, devendo cada um ser ofertado em seu quantitativo total.

**10.1.1.2.** O(s) preço(s) deverá(ão) ser ofertado (s) em moeda corrente nacional, devendo nele(s) estarem incluídas todas as despesas (tributos, encargos sociais, preços públicos, embalagens, fretes, seguros, e outros que porventura possam recair sobre o objeto da licitação).

**10.1.2.** As empresas licitantes deverão declarar no campo “DESCRIBÇÃO COMPLEMENTAR” da proposta eletrônica, o pleno conhecimento das exigências de habilitação previstas no Edital.

**10.1.3.** Ainda no campo “DESCRIBÇÃO COMPLEMENTAR” da proposta eletrônica deverá constar informações tais como: descrição sucinta do(s) serviço(s) prestado(s), conforme exigido no Anexo I deste Edital, e a marca do(s) mesmo(s).

**10.1.4.** O licitante deverá estar ciente de todas as normas e exigências fixadas neste Edital e seus Anexos, quando do lançamento da proposta de preços.

**10.2. Da proposta de preços escrita e do envio da documentação pelo licitante de menor preço:**

**10.2.1.** A proposta de preços escrita e a documentação exigida (ver item 12 deste Edital) deverão vir em 01 (um) único envelope fechado, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS - COMISSÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO  
LICITANTE: .....  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2019

**10.2.1.1.** O envelope contendo a proposta escrita e a documentação deverá ser entregue no seguinte local: **Hospital Metropolitano Odilon Behrens – Sala da Comissão Permanente de Licitação, na Avenida José Bonifácio s/n.º - Bairro São Cristóvão – Belo Horizonte – MG, CEP 31.210-690.**

**10.2.2.** O licitante de menor preço deverá apresentar a proposta em papel timbrado, datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, com suas páginas numeradas e rubricadas, em língua nacional, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas, ou omissões, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, contendo modalidade e número da licitação, razão social completa do licitante, CNPJ, endereço, telefone, fax e e-mail do licitante, devendo ser datada e assinada pelo representante da empresa, juntamente com os documentos de habilitação previstos no Item 12 deste Edital.

**10.2.3.** A proposta escrita deverá conter:

**10.2.3.1.** Especificação clara, completa e detalhada do produto ofertado, conforme edital e seus anexos, com indicação precisa da marca, fabricante, e número do registro no Ministério da Saúde/ANVISA.

**10.2.3.2. Preço unitário e total do item, e o valor global,** devendo neles estarem incluídas todas as despesas, tais como tributos, embalagens, fretes, seguros, e todos os demais encargos porventura existentes.

**10.2.3.3.** Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional (exibir valores numéricos e por extenso).

**10.2.3.4.** Prevalecerão no caso de divergências, os valores por extenso sobre os numéricos.

**10.2.3.5.** Os preços unitários deverão ser apresentados com no máximo **04 (quatro) casas decimais após a vírgula**, desprezando-se as frações remanescentes, prevalecendo 02 (duas) casas decimais no valor total.

**10.2.3.6.** Modalidade e número da licitação.

**10.2.3.7.** Validade da proposta: Em consonância ao estabelecido no § 3º do art. 48 do Decreto Federal nº 10.024/2019, o prazo de validade das propostas **será de 120 (cento e vinte) dias corridos.**

**10.2.3.8.** Nome e número do Banco e da Agência, e número da conta corrente, para realização dos pagamentos.

**10.2.3.9.** Prazo de entrega dos produtos: conforme informando no anexo I do edital.

**10.2.3.10.** Declaração de que no preço proposto já se acham incluídos todos os tributos, encargos sociais, preços públicos, fretes, embalagens, descarregamento, seguros, e outros que porventura possam recair sobre o objeto da licitação.

**10.2.4.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro ou qualquer outro pretexto.

**10.2.5.** O prazo para envio da proposta e documentação será comunicado ao vencedor, conforme previsto no subitem 9.10.

**10.2.6.** Objetivando agilizar os trabalhos, o licitante vencedor poderá enviar a proposta e documentação por e-mail [cpl@pbh.gov.br](mailto:cpl@pbh.gov.br). Os originais e/ou documentos autenticados poderão ser entregues no endereço constante no item 10.2.1.1.

**AMOSTRAS:**

**10.2.7.** *Se for o caso*, para fins de verificação da adequabilidade do(s) produto(s) em face das exigências deste Edital, o Pregoeiro e/ou equipe de apoio poderá solicitar do licitante apresentação de amostra e/ou catálogo técnico dos itens cotados no prazo de 72 (setenta e duas) horas em dias úteis, sob pena de desclassificação.

**10.2.7.1.** A(s) amostra(s) deverá(ão) ser entregues em embalagem original ou na qual será(ão) entregue o(s) produto(s) (contendo as informações gerais do mesmo).

**10.2.7.2.** A(s) amostra(s) deverá(ão) ser etiquetadas contendo identificação da empresa interessada, número do Pregão, código do item e número do lote.

**10.2.7.3.** A constatação de problemas na qualidade dos produtos, comprovada através de laudo de teste e avaliação das amostras, acarretará a desclassificação do licitante no item reprovado.

**10.2.7.4.** As amostras da empresa vencedora serão retidas pela Administração e poderão ser encaminhadas às unidades receptoras do(s) produto(s) para confronto e controle de qualidade nos atos de entrega.

**16.2.7.5.** Terminada a fase de testes, as amostras não destruídas serão devolvidas aos licitantes após a adjudicação dos mesmos.

**10.2.7.6.** O Hospital Metropolitano Odilon Behrens fica desobrigado de qualquer ressarcimento aos licitantes nos casos em que os testes das amostras implicarem em destruição das mesmas.

**10.2.7.7.** O Pregoeiro e/ou equipe de apoio poderá solicitar uma amostra de cada item que será avaliada conforme os critérios técnicos relacionados a seguir:

**a)** Conferência das características técnicas descritas na especificação de cada item, tais como: apresentação do lote, avaliação da embalagem, vida útil, necessidade de refrigeração e adequação ao descritivo da proposta comercial;

**b)** Após os testes, a(s) área(s) técnica(s) responsável(eis) emitirá (ão) parecer técnico concluindo se os produtos avaliados poderão ser adquiridos pelo HOB.

**10.2.7.8.** Os critérios abaixo nortearão a análise das amostras:

**I)** Rotulagem do item:

- a)** Razão social e endereço do fabricante/importador;
- b)** Descrição do conteúdo na embalagem externa;
- c)** Descrição de esterilidade;
- d)** Código do lote na embalagem externa;
- e)** Data de fabricação;
- f)** Prazo ou data de validade;
- g)** Nome do responsável técnico pelo produto;
- h)** Número de registro e regularidade do produto na ANVISA;
- i)** Orientações de uso do produto;

**II)** -Embalagem do item:

- j)** Integridade da embalagem (ausência de furos, rasgos)
- k)** Identificação do local de abertura da embalagem;
- l)** Facilidade no processo de abertura da embalagem;
- m)** Abertura da embalagem dificulta ou impede a possibilidade de contaminação do produto;
- n)** Embalagem promove a proteção devida do produto.



III) - Inspeção visual do item:

- o) Ausência de corpo estranho;
- p) Ausência de deformidades;

**10.2.7.9.** As licitantes que não apresentarem as amostras e/ou catálogos técnicos nas condições acima estabelecidas serão excluídas do processo licitatório.

**10.2.7.10.** A validade dos produtos deve ser rigorosamente de 12 (doze) meses.

**10.2.7.11.** As amostras deverão estar acompanhadas do Certificado de Análise lote, sob pena de desclassificação.

## **11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE PREÇOS**

**11.1** Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as condições definidas neste Edital e seus Anexos.

**11.2.** As propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital e seus Anexos serão desclassificadas, bem como aquelas que cotarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

## **12. DA DOCUMENTAÇÃO E HABILITAÇÃO DO LICITANTE DE MENOR PREÇO**

**12.1.** O licitante que ofertar o menor preço deverá ATENDER ao disposto abaixo:

**12.1.1.** Se estiver **CADASTRADO no SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte** e possuir linha de produto compatível com o objeto desta licitação:

a) Estando em situação regular perante o SUCAF, deverá observar as disposições do item 9.10 e seus subitens deste Edital, e encaminhar ao Pregoeiro cópia dos documentos listados no subitem **12.1.3** do Edital, em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou por servidor do órgão licitante.

b) Estando em situação irregular perante o SUCAF (documentação vencida), deverá apresentar ao Pregoeiro documento (s) regularizador (es), **em vigor na data de disputa do objeto**, bem como os documentos listados no subitem **12.1.3** do Edital, em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou por servidor do órgão licitante, observando, para tanto, as disposições contidas no item 9.10 e seus subitens deste Edital.

**b.1)** Deverá também encaminhar cópia dos documentos comprobatórios da situação de regularidade à Gerência de Cadastro de Fornecedores/Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa da PBH, para que seja procedida a ativação do SUCAF.

**12.1.2.** Se **NÃO** estiver **CADASTRADO no SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte**, deverá comprovar a situação de regularidade, para fins de habilitação no certame. **Para tanto, enviará ao Pregoeiro, junto com a proposta comercial escrita, uma via autenticada da documentação na forma dos artigos 28 a 31, da Lei Federal n.º 8.666/1993, e enviará outra via autenticada da referida documentação à Gerência de Cadastro de Fornecedores/Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa da PBH (Rua Espírito Santo, n.º 605, 14º Andar, Centro, CEP – 30.160-919 – Belo Horizonte/MG - Telefones: (31) 3277-4677, acompanhada dos impressos denominados “Solicitação de Cadastro de Fornecedor” e “Linhas de Fornecimento e/ou Serviço”, disponíveis no site [www.pbh.gov.br/sucaf](http://www.pbh.gov.br/sucaf) (devidamente preenchidos e assinados). A documentação referenciada encontra-se elencada no art. 7.º do Decreto Municipal 11.245/2003, a saber:**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) registro comercial, no caso de empresa individual;

c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores atuais;

- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- g) pelo menos um atestado de desempenho correspondente a cada linha de fornecimento da empresa ou, conforme o caso, do responsável técnico, emitido por pessoa de direito público ou privado, indicando a natureza, a qualidade, o prazo de entrega, a assistência técnica, a garantia e outros dados pertinentes aos produtos ou serviços;
- h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado, assim como da Fazenda Pública Estadual e Federal;
- i) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- j) autorização de funcionamento quando exigida em lei;
- k) certidão negativa de falência ou recuperação judicial;
- l) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (acrescentado pelo Decreto nº 14.779, de 29/12/2011 (Art. 1º).

10

**12.1.2.1.** A documentação deverá ser apresentada em original ou cópia autenticada (legível) por cartório competente ou por servidor do órgão licitante, observando, para tanto, as disposições contidas no subitem 9.11 deste Edital.

a) Os documentos a serem enviados pelo licitante ao Pregoeiro deverão estar **em vigor na data de disputa do Objeto**.

b) Após análise da documentação comprobatória da situação de regularidade a Gerência de Cadastro de Fornecedores/Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa da PBH procederá ao cadastramento do licitante junto ao SUCAF.

**12.1.2.2.** Considerando o disposto no **art. 2.º, 14, 27 e 28 do Decreto Municipal 11.245 de 23 de janeiro de 2003**, se no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, não ocorrer a publicação no Diário Oficial do Município – DOM do deferimento do cadastro no SUCAF pelo órgão competente, em virtude de pendências por parte do licitante junto ao SUCAF, o Pregoeiro inabilitará o licitante, prosseguindo o certame conforme subitem 9.11.

**12.1.3.** O licitante classificado em primeiro lugar (**CADASTRADO E NÃO CADASTRADO**) deverá apresentar também **ao Pregoeiro** os seguintes documentos (em original, em papel timbrado ou com carimbo da empresa - no caso das alíneas “a”, “b” e “c”), junto com a proposta de preços escrita:

**a) MODELO DE DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório não estando suspenso do direito de licitar e contratar junto ao Hospital Metropolitano Odilon Behrens, bem como não se encontrando declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e local

\_\_\_\_\_  
assinatura do Diretor ou Representante Legal

**b) MODELO DE DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que na mesma não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por

menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei.

Data e local

\_\_\_\_\_  
assinatura do Diretor ou Representante Legal

**c)** Apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta conforme modelo do Anexo IV, conforme exigido no art. 4º do Decreto Municipal nº 14.297 de 02 de março de 2011. A ausência da Declaração de Elaboração Independente de Proposta, bem como a sua apresentação incompleta, ilegível ou rasurada implicará a desclassificação do licitante.

**d)** Cópia autenticada do estatuto ou contrato social, acompanhado, respectivamente, da última alteração estatutária, ou da última alteração contratual consolidada.

**e)** Prova de atendimento aos requisitos, se for o caso, para se enquadrar como:

**e.1)** ME ou EPP definida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, por meio de certidão expedida pela Junta Comercial comprovando sua condição, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC; ou

**e.2)** Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

**e.3)** Declaração de condição de ME OU EPP, conforme modelo do anexo V.

11

#### **REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**f)** Atestado de Visita Técnica, conforme modelo do anexo VI.

**g)** Atestado(s) de Capacidade Técnica em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, indicando endereço e telefone da emitente, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

**g.1)** Conforme facultado pelo Parágrafo Terceiro, do Artigo 43, da Lei 8.666/93, durante a análise dos documentos, o Pregoeiro poderá solicitar esclarecimentos ou outras informações que julgar necessárias junto aos órgãos/empresas emitentes de atestados de capacidade técnica, quando exigidos. Se nos atestados não constarem número de telefone/ou fax, bem como nome legível dos emitentes, o Pregoeiro poderá solicitar às empresas que indiquem estes dados.

**h)** Declaração (modelo anexo VII) de que disponibilizará, no ato da assinatura do contrato, e durante toda a sua execução, um Engenheiro vinculado à empresa e devidamente habilitado, que será responsável tecnicamente pela supervisão dos fornecimentos, da instalação e manutenção dos equipamentos objeto da licitação em tela, durante toda a execução do contrato. No mesmo documento deverá ser declarado pela licitante que disponibilizará, no ato da contratação, as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, e que informará naquela oportunidade os nomes e a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pelos trabalhos do objeto da licitação.

**i)** Autorização de Funcionamento para as licitantes **fabricantes e envasadoras**<sup>2</sup>, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, quando couber.

<sup>2</sup> 4. As empresas que fabricam gases medicinais são reguladas pela Anvisa?

Sim. Todas as empresas que participam das etapas de produção de gases medicinais, tais como síntese química, compressão ou separação de gases e qualquer tipo de envase são reguladas pela ANVISA.

j) Alvará Sanitário do Licitante, emitido por órgão da Vigilância Sanitária Municipal/Estadual da sede do licitante.

k) Registro, Isenção de Registro e/ou Notificação dos Materiais na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/Ministério da Saúde. Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União (cópia autenticada), e também obtidos pelo endereço eletrônico [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br).

k.1) Ficará a cargo do proponente provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária/ANVISA.

K.2) A licitante deverá indicar nos registros da ANVISA/MS enviados, os itens do Anexo I do Edital a que ela se refere, caso seja cópia do Diário Oficial da União -D.O.U., além da identificação do item, a licitante deverá marcar o local onde está a informação do registro.

12.1.4. Os documentos emitidos pela ANVISA/Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária Municipal e Estadual, poderão ser analisados por profissionais do HOB, podendo ser confirmados "via internet".

12.1.5. Para efeito do julgamento de habilitação, o Pregoeiro considerará como referência para validação dos documentos, a data da disputa do item.

12.2. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar dos licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

12.3. A falta de quaisquer documentos exigidos no Edital implicará na inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação. Em caso de inabilitação do licitante aplica-se o previsto no subitem 9.11.

12

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

13.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio do endereço eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

13.1.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

13.1.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.1.3. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

---

Assim, embora a notificação dos Gases Medicinais esteja suspensa, todas as empresas que fabriquem ou envasem gases medicinais devem obrigatoriamente possuir a Autorização de Funcionamento – AFE, expedida pela ANVISA e cumprir com os requerimentos de Boas Práticas de Fabricação, estabelecida pela RDC N. 69/2008, alterada pela RDC 9, de 04 de março de 2010.

A concessão de AFE é orientada pelas Resoluções RDC 16, de 01 de abril de 2014 e RDC 32, de 5 de julho de 2011, que abrangem empresas fabricantes e envasadoras de Gases Medicinais.

Considerando o impacto regulatório no mercado de gases medicinais e as especificidades do setor, a ANVISA ainda não estabeleceu os requisitos com a concessão de AFE para as empresas que realizam as etapas de distribuição, armazenamento e transporte de gases medicinais e, portanto, essas empresas não necessitam de AFE para seu funcionamento.

Os estados e municípios, com base em legislações próprias, podem expedir Licença Sanitária para empresas distribuidoras, armazenadoras e transportadoras de Gases Medicinais." Extraído do site da ANVISA: <http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/medicamentos/produtos/gases-medicinais/informacoes-gerais>, Acessado em 19/12/2019, as 13:00 Hs.

**13.2.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões no sistema eletrônico.

**13.2.1.** As razões do recurso de que trata o item **13.2** deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

**13.2.2.** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**13.2.3.** A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**13.2.4.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

**13.3.** Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

**13.4.** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

**13.5.** Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo.

13

**13.6.** Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação de intenção do licitante durante a sessão pública e o encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, poderão ser realizadas por meio eletrônico no endereço [cpl@pbh.gov.br](mailto:cpl@pbh.gov.br) ou por escrito, protocolados junto ao Serviço de Compras e Licitações – sito na Avenida José Bonifácio s/n.º, Bairro São Cristóvão - Belo Horizonte – MG, impreterivelmente no horário de atendimento - 08:00 às 16:00 horas.

## **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

I - previstas nos incisos I a IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993:

- a) advertência, observado o disposto no artigo 6º do Decreto Municipal 15.113/2013;
- b) multa, observado o disposto nos artigos 7º a 10 do Decreto Municipal 15.113/2013;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, observado o disposto nos artigos 11 a 14 do Decreto Municipal 15.113/2013;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, observado o disposto nos artigos 15 a 19 deste Decreto.

II - previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002:

- a) impedimento de licitar;
- b) impedimento de contratar.

**14.2.** A responsabilidade do infrator será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

### **14.3. Advertência:**

**14.3.1** A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao infrator decorrente da inexecução de deveres que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a Administração.

**14.3.1.1** Sem embargo de outras situações, o atraso na entrega de produtos, autoriza a aplicação de advertência, independentemente da aplicação de multa.

### **14.4. Multa:**

**14.4.1** O infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos no contrato ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 15.113, DE 08 DE JANEIRO DE 2013, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

**I** - multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

**II** - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

**III** - multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame licitatório;
- b)** desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- c)** tumultuar a sessão pública da licitação;
- d)** descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e)** propor recursos manifestamente protelatórios em sede de licitação;
- f)** deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação junto ao SUCAF, dentro do prazo concedido pela Administração Pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- g)** deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**IV** - multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a)** deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- b)** permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c)** deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d)** deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e)** não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;

- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

**V** - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

**VI** - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato;

**VII** - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

**14.4.2.** Se a recusa em assinar o contrato for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

**14.4.3.** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**14.4.4.** Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

**14.4.5.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas.

**14.4.5.1.** Na hipótese de cumulação serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

**14.4.6.** Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

**I** - se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subseqüentes ao mês do inadimplemento, responderá o infrator pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

**II** - inexistindo faturas subseqüentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;

**III** - impossibilitado o desconto a que se refere o inciso II, será o crédito correspondente inscrito em dívida ativa.

**14.5.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o contrato ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

**14.6.** Da suspensão temporária de participação em licitação e do impedimento de contratar com a Administração:

**14.6.1.** A suspensão temporária impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a Administração por determinado período de tempo, e poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses exemplificativas:

**I** - por período entre 6 (seis) meses e 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) seja reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
- a.1 - atraso na execução do objeto;
  - a.2 - alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
  - a.3 - regularização junto ao SUCAF ou não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa;
- b) receba três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
- c) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos nos contratos ou nos casos de inexecução total ou parcial, sem embargo do previsto nos incisos I e II do item 14.4.1 deste Edital;
- d) tumultue a sessão pública de licitação;
- e) dê ensejo à rescisão ou cancelamento total ou parcial do contrato;
- f) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- g) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
- h) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

i) induza em erro a Administração;

16

II - por período entre 12 (doze) e 18 (dezoito) meses, caso o infrator:

- a) atrase injustificadamente a execução do Contrato, implicando em necessária rescisão contratual;
- b) paralise injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens;
- c) pratique atos irregulares ou ilegalidades para obtenção de cadastramento junto ao SUCAF;
- d) dê ensejo ao cancelamento do Contrato;

III - por período de 24 (vinte e quatro) meses, caso o infrator:

- a) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- b) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, no momento da contratação ou durante a execução do contrato, incluindo aqueles necessários ao registro junto ao SUCAF;
- c) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos.

**14.6.2.** A aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação produzirá os seguintes efeitos:

I - impedimento de licitar e contratar com o órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção, durante o prazo da suspensão;

II - rescisão do contrato celebrado, sem prejuízo da rescisão de outros contratos também celebrados com a Administração, caso a manutenção contratual ocasione-lhe um risco real ou para a segurança de seu patrimônio ou de seus servidores.

**14.6.3.** Na hipótese de serem atingidos outros contratos, o infrator deverá ser notificado para apresentação de defesa única no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**14.6.4.** As autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse público e a conveniência



administrativa, poderão deixar de aplicar os efeitos previstos no subitem 14.6.2, bem como aplicar prazos diferenciados, conforme o ilícito administrativo praticado.

**14.6.5.** A aplicação da penalidade de suspensão de participação em licitação por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

**14.7.** Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública:

**14.7.1.** A declaração de inidoneidade impede o infrator de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública e será aplicada, entre outros casos, nas seguintes hipóteses:

**I** - demonstração de inidoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa;

**II** - ato ou conduta que, segundo previsão no instrumento convocatório e/ou no contrato, seja passível da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade;

**III** - existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais.

**14.7.2.** As autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse público e a conveniência administrativa, poderão deixar de aplicar as penalidades previstas no item 14.8.1 deste Edital, bem como aplicar prazos diferenciados, conforme o ilícito administrativo praticado.

**14.7.3.** Os efeitos da declaração de inidoneidade permanecem enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou.

17

**a)** A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos da aplicação da penalidade e será concedida quando o infrator ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta, e/ou cumprir obrigação com ela firmada.

**b)** No ato da declaração de inidoneidade, a Administração deverá indicar o valor a ser ressarcido pelo infrator, com os respectivos critérios de correção, e/ou as obrigações pendentes de cumprimento.

**14.7.4.** A Administração rescindir o contrato com o infrator penalizado com a declaração de inidoneidade, sem prejuízo da rescisão de outros contratos já celebrados, se a sua manutenção ocasionar-lhe um risco real, bem como para a segurança do seu patrimônio ou servidores.

**14.7.4.1.** Na hipótese de se atingir outros contratos, o infrator deverá ser notificado para apresentação de defesa única no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**14.7.4.2.** Na hipótese de entes de outras esferas governamentais aplicarem a pena de inidoneidade a pessoa física ou jurídica que seja parte em contrato firmado com a Administração Pública municipal, caberá às autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens decidir sobre a rescisão ou manutenção do contrato em vigor neste Hospital.

**14.7.4.3.** O infrator a que se refere o item 14.7.4.2 somente poderá contratar com o Hospital Metropolitano Odilon Behrens após o decurso do prazo da penalidade de inidoneidade aplicada ou sua reabilitação.

**14.8.** Do impedimento de licitar e contratar:

**14.8.1.** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, ensejará o descredenciamento do infrator junto ao SUCAF, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e será aplicada nas seguintes hipóteses:

**I** - por período de até 1 (um) ano, nos casos de:

- a) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- b) ausência de entrega da documentação exigida no edital;
- c) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade;

II - por período superior a 1 (um) e até 2 (dois) anos, nos casos de:

- a) atraso na execução do disposto no contrato;
- b) comportamento inidôneo;

III - por período superior a 2 (dois) anos, nos casos de:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) falha ou fraude na execução do contrato;
- c) fraude fiscal.

**14.8.1.1.** Para os fins do disposto na alínea 'b' do inciso II do item 14.8.1, reputar-se-ão inidôneos os atos descritos no parágrafo único do art. 92, no art. 96 e no parágrafo único do art. 97, todos da Lei Federal nº 8.666/1993.

**14.8.1.2.** O atraso previsto na alínea 'a' do inciso II do item 14.8.1 configurar-se-á quando o infrator:

- a) deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 10 (dez) dias úteis contados da sua assinatura;
- b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços descritos no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 15 (quinze) dias intercalados.

**14.8.2.** A autoridade competente, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse e a conveniência administrativa, poderá deixar de aplicar a penalidade a que se refere o item 14.8.4.1 ou adotar prazo diferenciado.

**14.8.3.** A penalidade de impedimento produzirá os seguintes efeitos:

I - impedimento de licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município durante o prazo da penalidade;

II - rescisão do contrato celebrado, sem prejuízo da rescisão de outros contratos já celebrados com o Município, se a manutenção contratual representar um risco real para a Administração ou para a segurança do seu patrimônio ou de seus servidores.

**14.8.4.** Na hipótese de entes de outras esferas governamentais aplicarem as penas de impedimento de licitar e contratar a pessoa física ou jurídica que seja parte em contrato firmado com o Município, caberá às autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens decidir sobre a rescisão ou manutenção do contrato em vigor no âmbito municipal.

**14.8.4.1.** O infrator a que se refere o item 14.8.3 somente poderá contratar com a Administração no âmbito municipal após sua reabilitação ou o decurso do prazo da penalidade aplicada.

**14.8.5.** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração poderá ser cumulada com a penalidade de multa prevista em lei, edital ou contrato respectivo, devendo ser aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

**14.8.6.** É competente para aplicar as sanções de advertência e multa o Diretor Administrativo-Financeiro do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

**14.8.7.** A aplicação da penalidade de suspensão temporária é de competência do Superintendente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

**14.8.8.** Na aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão do direito de licitar e contratar, será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação.

**14.8.9.** Na aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

**14.8.10.** As multas não eximem a Contratada da plena execução do fornecimento contratado.

**14.8.11.** O desempenho insatisfatório da adjudicatária será anotado em sua ficha cadastral, nos termos do art. 24, do Decreto Municipal n.º 11.245/2003.

**14.8.12.** Estendem-se os efeitos das penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade, e de impedimento de licitar e contratar aos sócios de pessoa jurídica penalizada.

**14.8.12.1.** Sobre as pessoas jurídicas que tenham sócios em comum com o infrator também recairão os efeitos da aplicação de penalidade a que se refere o item 14.8.12.

## **15. DA ENTREGA DO PRODUTO E DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO**

### **15.1 - DO HORÁRIO DE ENTREGA DOS GASES:**

**15.1.1.** Os gases deverão ser entregues diariamente (seg. a sábado) no horário de 07h00min às 16h00min, no caso de fornecimento prestado através de cilindros;

**15.1.2.** A entrega de oxigênio armazenado em tanque será realizada mediante pedido da contratante ou mediante ao controle da contratada com 01 (um) dia de antecedência, ou de acordo com as necessidades do hospital, (podendo ser estabelecido pelo HOB um calendário prévio para fornecimento). No horário de 07h00min à 19h00min em dias úteis.

**15.1.3.** Além das entregas automáticas e programadas, o fornecedor deverá atender chamados de urgência para fornecimento de gases e para manutenção nos equipamentos fornecidos por eles (Centrais), no prazo máximo de 04 (quatro) horas;

**15.1.4.** A contratada deverá manter a disposição do contratante, serviços de bips, telefones celulares, rádios comunicadores ou quaisquer outros meios de comunicação que possibilite o contato direto e urgente entre o contratante e a contratada.

### **15.2 - DO LOCAL E CONDIÇÕES PARA ENTREGA DOS PRODUTOS E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**15.2.1.** O local para entrega dos PRODUTOS e prestação dos serviços será:

- a) **HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS** Avenida José Bonifácio S/N. Bairro: São Cristóvão. Belo Horizonte- MG - CEP: 31.210-690.
- b) **UNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA** (Rua Joaquim Gouveia, nº 560 bairro São Paulo- BH-MG).
- c) **NÚCELO DE CIRURGIA AMBULATORIAL** (Rua Joaquim Felício nº 110, bairro Sagrada Família- BH-MG).
- d) **UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA** (Rua Dr. João Carvalhais de paiva, 85, São Cristóvão)

**15.2.2.** O objeto desta Licitação deverá estar disponível para fornecimento a partir da assinatura do contrato.

**15.2.3.** OS DIAS E HORÁRIOS PARA ENTREGA DOS PRODUTOS SOLICITADOS SERÃO DETERMINADOS OBEDECENDO AS NORMAS E FLUXOS DO HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS.

**15.2.3.1.** Os chamados para a realização de manutenções CORRETIVAS deverão ser atendidos no prazo máximo de 04 (quatro) horas. As manutenções preventivas serão realizadas de acordo com o cronograma fixado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

### **15.3 - DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO:**

**15.3.1.** Todo o processo de transição será de inteira responsabilidade da licitante vencedora, devendo a mesma providenciar os contatos necessários com o atual fornecedor para viabilização do fornecimento no tempo determinado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens e sua Unidades hospitalares, sendo que deverá ser apresentado à Diretoria do Hospital, com antecedência, todo o plano de transição.

**15.3.2.** A licitante vencedora deverá se apresentar, com um caminhão abastecido de oxigênio, com no mínimo 04 (quatro) horas de antecedência do início da fase de transição.

**15.3.3.** O fornecimento de gás, no período de transição (quer seja cilindros ou direto do caminhão), será por conta do licitante vencedor.

**15.3.4.** A entrega se dará mediante termo circunstanciado, que terá efeito provisório para fins de verificação de sua conformidade com o Edital.

**15.3.5.** A licitante vencedora deverá, dentro de 30 dias úteis após a assinatura do contrato, entregar e instalar os tanques e vaporizadores e as centrais de cilindros para suprimentos reserva.

**15.3.6.** A licitante vencedora deverá comprovar no ato da assinatura do contrato que possui a ela vinculados engenheiros devidamente registrados no CREA.

**15.3.7.** Os equipamentos de comodato serão devolvidos após a vigência do contrato, em até 45 dias corridos.

**15.3.8.** A licitante vencedora deverá arcar com os custos necessários para viabilizar os pré-requisitos para instalação do tanque criogênico e centrais reservas de oxigênio, óxido nitroso, tais como: localização, suprimento de energia elétrica, obras civis, entre outras estipuladas pela contratante. Essa instalação deverá ser vistoriada e aprovada pelo setor de engenharia do locador.

### **16. DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

**16.1.** O recebimento dos produtos será feito por Comissão designada para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:

**16.1.1.** O fornecedor dirigir-se-á ao local de entrega, munido da(s) Nota(s) Fiscal(is), Nota de Empenho respectiva ou autorização de fornecimento.

**16.1.2.** A Comissão, de posse dos documentos apresentados pelo fornecedor, receberá os produtos para verificação de especificação, quantidade, preço, prazo e outros dados pertinentes, cumprindo os seguintes prazos:

**a)** Recebimento provisório dos produtos, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento, para verificação da conformidade do produto com a especificação;

**b)** Definitivamente, até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento provisório, mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva;

**c)** Encontrando irregularidades, fixará prazo à contratada, para correção.

**16.2.** Em caso de irregularidade não sanada pelo licitante, a Comissão reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente, para aplicação de penalidade.

**16.3.** Em nenhuma hipótese será admitido o recebimento diverso do objeto licitado ou com qualquer diferença das exigências e propostas contidas na licitação.

**16.4.** O licitante vencedor terá de cumprir o prazo de entrega pactuado e:

**16.4.1.** Garantir a boa qualidade dos produtos entregues;

**16.4.2.** Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens, bem como pelo seu descarregamento.

**16.5.** O recebimento pelo Contratante não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da Contratada de entregar os produtos de acordo com as condições contidas no Edital, seus Anexos e na proposta da Contratada, nem invalida qualquer reclamação que o Contratante venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca/reparação.

## **17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**17.1.** O pagamento será realizado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a data da entrega do produto e sua aceitação por parte da contratante, com apresentação da nota fiscal ou comprovante equivalente (comprovante legal), mediante validação das condições satisfatórias no verso da Nota Fiscal, validação esta dada apenas se o produto entregue atender completamente as exigências deste Edital.

**17.1.1** - O faturamento será realizado de acordo com o seguinte:

**a) Cilindros: Quantidade de cilindros repostos no mês.**

**b) Oxigênio a granel: Quantidade colocada no tanque**

**17.2.** A Nota Fiscal será obrigatoriamente instruída com a respectiva Nota de Empenho, e autorização de fornecimento, e descreverá a marca e quantidade do produto efetivamente entregue, sem prejuízo de outros dados exigidos legalmente.

**17.3.** A Contratada encaminhará a Nota Fiscal (ais) ao setor recebedor dos produtos que conferirá, atestará, e remeterá à Gerência de Orçamento e Finanças do Hospital Metropolitano Odilon Behrens para pagamento, juntamente com o Empenho respectivo.

**17.4.** Poderá ser atrasado o pagamento de qualquer fatura que contrarie as especificações contidas na Nota de Empenho ou Proposta apresentada, sem qualquer ônus para o Contratante.

**17.5.** O Hospital Metropolitano Odilon Behrens poderá reter o pagamento em caso de dano de responsabilidade da Contratada, ou, ainda, para recebimento das multas aplicadas como penalidade.

## **18. DA NOTA DE EMPENHO E DO CONTRATO**

**18.1.** Adjudicada e homologada a licitação pelas autoridades competentes, o Hospital Metropolitano Odilon Behrens emitirá a Nota de Empenho e o Contrato.

**18.2.** A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para retirar a nota de empenho e assinar o contrato.

**18.3.** Caso a adjudicatária se recuse a retirar ou a assinar o contrato, ou não se apresente regular com as condições de habilitação previstas neste edital no ato da assinatura do contrato, se sujeitará às penalidades elencadas no item 14 deste edital.

**18.3.1.** Nas situações previstas no item 18.3, nos termos da Lei nº 10.520/2002 (art. 4º, incisos XVI c/c XXIII), o Pregoeiro convocará os licitantes remanescentes, segundo a ordem de classificação, oportunidade, em que será analisada a aceitabilidade de sua oferta, verificado o atendimento das condições de habilitação e, se for o caso, declarado vencedor, abrindo-se prazo recursal.

**18.3.2.** Não havendo interposição de recurso, ou havendo e sendo este julgado improcedente, será o objeto adjudicado ao novo vencedor.

**18.4.** No ato de assinatura do Contrato a licitante deverá apresentar procuração ou cópia autenticada do contrato ou estatuto social da empresa concedendo-lhe poderes para a prática de tal ato.

**18.5.** Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal, e devidamente fundamentada.

## **19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

### **19.1. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes do presente processo correrão por conta da dotação orçamentária sob as rubricas: **2301.3302.10.302.030.2616/0001/339030-06, Fonte SOF 03-06, Fonte SICOM 1-12; 2301.3304.10.302.030.2875.0002/339030-06, Fonte SOF: 03-06, Fonte SICOM: 1-12; 2301.3304.10.302.030.2875.0004-/339030-06, Fonte SOF: 03-06, Fonte SICOM:1-12.**

### **19.2 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**19.2.1.** A licitante vencedora deverá prestar ao contratante garantia de execução do contrato, **no prazo máximo de até 10 (dez) dias após a sua assinatura**, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, nos termos previstos no artigo 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

**a)** Caução em dinheiro, por meio de depósito bancário em conta corrente do Hospital Metropolitan Odilon Behrens, a ser indicada pela Gerência de Orçamento e Finanças;

**b)** Títulos da Dívida Pública;

**c)** Seguro Garantia;

**d)** Fiança Bancária

**19.2.2.** A Contratada deverá apresentar ao contratante, **no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato**, o documento comprobatório da garantia prestada, sob pena de aplicação de sanção, inclusive multa e rescisão contratual.

**19.2.3.** A Contratada deverá apresentar complemento à garantia inicial, sempre que o valor do Contrato vier a crescer, devido a aditamentos que acarrete alteração em seu valor global estimado.

**19.2.4.** Se o valor da garantia de execução for utilizado para o pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a restabelecer o seu valor integral, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar da data em que for comunicada pelo Contratante.

**19.2.5.** O descumprimento dos prazos estipulados nos parágrafos anteriores acarretará a retenção dos créditos da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

**19.2.6.** O valor da garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, indenizações ao HMOB e a terceiros, e por todas as multas impostas à Contratada, sem que isso inviabilize a aplicação de multas em valor superior ao da garantia prestada.

**19.2.7.** A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

## **20. DA PREVENÇÃO À FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**20.1.** Nos procedimentos licitatórios realizados pelo Hospital Metropolitan Odilon Behrens serão observadas as determinações que se seguem.

**20.2.** O Hospital Metropolitano Odilon Behrens exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

**20.2.1.** “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

**20.2.2.** “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um Contrato em detrimento do Contratante;

**20.2.3.** “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

**20.2.4.** “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

**20.2.5.** “prática obstrutiva” significa:

**20.2.5.1.** destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas produtos para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

**20.2.5.2.** agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

**20.3.** O Hospital Metropolitano Odilon Behrens rejeitará proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

**20.4.** A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51, de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis, sem prejuízo da comunicação também ao Ministério Público Estadual – MP/MG e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, para as providências legais.

## **21. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**21.1.** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Hospital Metropolitano Odilon Behrens revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A Administração Pública poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**21.2.** O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do Contrato ou outro instrumento hábil, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**21.3.** É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**21.3.1.** O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**21.3.2.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**21.4.** Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**21.5.** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

**21.6.** O Hospital Metropolitano Odilon Behrens poderá suprimir ou acrescentar o objeto contratado em até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

**21.7.** Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro ou pela autoridade a ele superior.

**21.8.** A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

**21.9.** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Belo Horizonte/MG, local da realização do certame.

Belo Horizonte, 06 de fevereiro de 2020.

**GUILHERME JOSÉ ANTONINI BARBOSA**  
**DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS**  
**HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**

**EDMUNDO SOUZALIMA CALDONCELLI FRANCO**  
**PREGOEIRO**  
**HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**



## ANEXO I – DESCRIÇÃO DO OBJETO

Processo de compras: 03-80/2019  
Pregão Eletrônico: 152/2019

Finalidade: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS, GÁS ACETILENO E ÓXIDO NITROSO PARA ATENDER A DEMANDA CONTÍNUA.**

### 1. OBJETO:

ITEM	SICAM	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. HOB
01	03623	M³	Oxigênio líquido a granel	600.000
02	04012	M³	Oxigênio em cilindros	8.000
03	17712	Kg	Oxido nitroso em cilindros	4.200
04	22717	Kg	Acetileno em cilindro	120
05	22718	Kg	CO2 em cilindro super seco	500
06	40023	M³	Nitrogênio super seco	700

### 2. JUSTIFICATIVA:

A contratação de empresa para o fornecimento destes gases e prestação dos serviços de manutenção são de extrema importância para o funcionamento do complexo Hospitalar Odilon Behrens, principalmente porque muitos pacientes graves dependem de oxigenioterapia para manutenção de suas vidas.

25

### 3. ARMAZENAMENTO DOS GASES:

#### 3.1 - ARMAZENAMENTO DOS GASES:

3.1.1 – Para armazenamento do oxigênio líquido a granel e a sua transformação em oxigênio gasoso, a empresa deverá fornecer gratuitamente, **em regime de comodato** (sem nenhum ônus par o CONTRATANTE), os seguintes equipamentos:

- Tanque criogênico com capacidade de 15.000 a 20.000 litros (HOB) (OBS: Tanque atual pressão = 680 Mbar e volume = 11.807 m³);
- Tanque Criogênico com capacidade de 6.000 a 10.000 litros ( UNSA).
- Tanque Criogênico com capacidade de 6.000 a 10.000 litros (UPA HOB).
- Vaporizadores com capacidade de conversão de O2 líquido p/ o2 gasoso compatíveis com o consumo do HOB, UPA, UNSA.

#### 3.1.2 – ARMAZENAMENTO DE GASES EM CILINDROS:

A empresa vencedora do processo licitatório, deverá fornecer gratuitamente, **em regime de comodato**, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, **149 (CENTO E QUARENTA E NOVE) cilindros para armazenamento dos gases sendo:**

- 60 (sessenta) cilindros c/ capacidade de 8,00 m³ aproximadamente p/ oxigênio (O2);
- 20 (vinte) cilindros c/ capacidade de 28,00 kg aproximadamente p/ óxido nitroso ( N2O);
- 04 ( quatro) cilindros c/ capacidade de 12,00 kg aproximadamente p/ dióxido de carbono (CO2);

- 02 (dois) cilindros c/ capacidade de 9,00 kg aproximadamente p/ acetileno;
- 60 (sessenta) cilindros de alumínio c/ com capacidade 1,00 m<sup>3</sup> aproximadamente p/ oxigênio (O<sub>2</sub>);
- 4 (quatro) cilindros c/ capacidade de 8m<sup>3</sup> p/ nitrogênio super seco aproximadamente.

#### **4. DO FATURAMENTO:**

4.1- O faturamento será realizado de acordo com o seguinte:

- a) Cilindros: Quantidade de cilindros repostos no mês.
- b) Oxigênio a granel: Quantidade colocada no tanque

#### **5. DA ENTREGA:**

##### **5.1 - DO HORÁRIO DE ENTREGA DOS GASES:**

**5.1.1.** Os gases deverão ser entregues diariamente (seg. a sábado) no horário de 07h00min às 16h00min, no caso de fornecimento prestado através de cilindros;

**5.1.2.** A entrega de oxigênio armazenado em tanque será realizada mediante pedido da contratante ou mediante ao controle da contratada **com 01 (um) dia de antecedência**, ou de acordo com as necessidades do hospital, (podendo ser estabelecido pelo HOB um calendário prévio para fornecimento). **No horário de 07h00min à 19h00min em dias úteis.**

**5.1.3.** Além das entregas automáticas e programadas, o fornecedor deverá atender chamados de urgência para fornecimento de gases e para manutenção nos equipamentos fornecidos por eles (Centrais), **no prazo máximo de 04 (quatro) horas;**

**5.1.4.** A contratada deverá manter a disposição do contratante, serviços de bips, telefones celulares, rádios comunicadores ou quaisquer outros meios de comunicação que possibilite o contato direto e urgente entre o contratante e a contratada.

**5.1.5 –** O fornecimento se dará de forma parcelada, mediante necessidade diária do HOB.

##### **5.2 - DO LOCAL E CONDIÇÕES PARA ENTREGA DOS PRODUTOS E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**5.2.1.** O local para entrega dos PRODUTOS e prestação dos serviços será:

a) **HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS** Avenida José Bonifácio S/N. Bairro: São Cristóvão. Belo Horizonte- MG - CEP: 31.210-690.

b) **UNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA** (Rua Joaquim Gouveia, nº 560 bairro São Paulo- BH-MG).

c) **NÚCELO DE CIRURGIA AMBULATORIAL** (Rua Joaquim Felício nº 110, bairro Sagrada Família- BH-MG).

d) **UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA** (Rua Dr. João Carvalhais de paiva, 85, São Cristóvão)

**5.2.2.** O objeto desta Licitação deverá estar disponível para fornecimento a partir da assinatura do contrato.

**5.2.3.** OS DIAS E HORÁRIOS PARA ENTREGA DOS PRODUTOS SOLICITADOS SERÃO DETERMINADOS OBEDECENDO AS NORMAS E FLUXOS DO HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS.

**5.2.3.1.** Os chamados para a realização de manutenções CORRETIVAS deverão ser atendidos **no prazo máximo de 04 (quatro) horas**. As manutenções preventivas serão realizadas de acordo com o cronograma fixado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

### **15.3- DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO:**

**5.3.1.** Todo o processo de transição será de inteira responsabilidade da licitante vencedora, devendo a mesma providenciar os contatos necessários com o atual fornecedor para viabilização do fornecimento no tempo determinado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens e suas Unidades hospitalares, sendo que deverá ser apresentado à Diretoria do Hospital, com antecedência, todo o plano de transição.

**5.3.2.** A licitante vencedora deverá se apresentar, com um caminhão abastecido de oxigênio, com no mínimo 04 (quatro) horas de antecedência do início da fase de transição.

**5.3.3.** O fornecimento de gás, no período de transição (quer seja cilindros ou direto do caminhão), será por conta do licitante vencedor.

**5.3.4.** A entrega se dará mediante termo circunstanciado, que terá efeito provisório para fins de verificação de sua conformidade com o Edital.

**5.3.5.** A licitante vencedora deverá, **dentro de 30 dias úteis após a assinatura do contrato**, entregar e instalar os tanques e vaporizadores e as centrais de cilindros para suprimentos reserva.

**5.3.6.** A licitante vencedora deverá comprovar, **no ato da assinatura do contrato**, que possui a ela vinculado engenheiro (s) devidamente registrado (s) no CREA.

**5.3.7.** Os equipamentos de comodato serão devolvidos após o término da vigência do contrato, **em até 45 dias corridos**.

**5.3.8.** A licitante vencedora deverá arcar com os custos necessários para viabilizar os pré-requisitos para instalação do tanque criogênico e centrais reservas de oxigênio, óxido nitroso, tais como: localização, suprimento de energia elétrica, obras civis, entre outras estipuladas pela contratante. Essa instalação deverá ser vistoriada e aprovada pelo setor de engenharia da contratada.

**5.3.9.** A licitante vencedora deverá arcar com os custos necessários para viabilizar os pré-requisitos para instalação dos equipamentos e interligação destes na atual rede do HOB e de suas unidades hospitalares. Essa instalação deverá ser vistoriada e aprovada por Engenheiro responsável da contratada.

## **6. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

**6.1 – Critério de Julgamento: Menor preço Global.**

**6.2 – Justificativa da Gerência de Infraestrutura e Manutenção Hospitalar – GIMH-HOB quanto à opção do julgamento pelo menor preço global:**

O critério de julgamento será menor valor global. O agrupamento destes é uma prática utilizada para aumentar a agilidade nos processos de compras. Tais itens não são agrupados aleatoriamente, uma vez que apresentam similaridade de especificações técnicas para serem colocados em um mesmo lote, justificando assim, a utilização desta metodologia que será mais viável para a instituição.

## **7. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGÍVEIS PARA A HABILITAÇÃO DO LICITANTE :**

**7.1. DA VISITA TÉCNICA:**

**7.1.1.** As empresas participantes da licitação deverão realizar visita técnica para ter subsídios para elaboração da proposta, que atenda a necessidade atual do HOB, UPA e UNSA, conforme especificado no presente edital.

**7.1.2.** A visita deverá ser agendada, **de segunda a sexta-feira (exceto feriados)**, no tel.: (31) 3277-6187, Sr. Anderson HOB, Sr. Washington e Tel. Sr. Lobregat (31) 3246-9529, **podendo ser realizada até o último dia útil anterior à abertura das propostas.**

## **7.2 – DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:**

a) Atestado de Visita Técnica, conforme modelo do anexo VI.

b) Atestado(s) de Capacidade Técnica em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, indicando endereço e telefone da emitente, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

b.1) Conforme facultado pelo Parágrafo Terceiro, do Artigo 43, da Lei 8.666/93, durante a análise dos documentos, o Pregoeiro poderá solicitar esclarecimentos ou outras informações que julgar necessárias junto aos órgãos/empresas emitentes de atestados de capacidade técnica, quando exigidos. Se nos atestados não constarem número de telefone/ou fax, bem como nome legível dos emitentes, o Pregoeiro poderá solicitar às empresas que indiquem estes dados.

c) Declaração (modelo anexo VII) de que disponibilizará, no ato da assinatura do contrato, e durante toda a sua execução, um Engenheiro vinculado à empresa e devidamente habilitado, que será responsável tecnicamente pela supervisão dos fornecimentos, da instalação e manutenção dos equipamentos objeto da licitação em tela, durante toda a execução do contrato. No mesmo documento deverá ser declarado pela licitante que disponibilizará, no ato da contratação, as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, e que informará naquela oportunidade os nomes e a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pelos trabalhos do objeto da licitação.

28

## **8. EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS, LAUDOS, TESTE DE CONFORMIDADE, PROVA DE CONCEITO E/OU CERTIFICAÇÕES COMO REQUISITO TÉCNICO DO OBJETO:**

**8.1 - Quando solicitadas**, as empresas vencedoras deverão apresentar amostras dos itens cotados nos termos dos Itens 10.2.7 e seguintes do Edital, acompanhadas do certificado de análise, sob pena de desclassificação.

## **9. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir do cadastro/validação no SUCC (Sistema Unificado de Contratos, Convênios e Congêneres).

## **10. RESPONSABILIDADES, DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**I.** Atender todos os pedidos de fornecimento, durante a vigência do Contrato. **II.** Atender, no prazo fixado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens, as convocações para retirada da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento. **III.** Fornecer os produtos de acordo com as especificações exigidas no Instrumento Convocatório e na Proposta. **IV.** Respeitar o prazo de entrega fixado neste Anexo e no Contrato. **V.** Substituir, no prazo fixado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens, todos os produtos entregues fora das especificações, com data de validade inferior à permitida pelo Hospital ou com quaisquer outras irregularidades. **VI.** Manter, durante toda a vigência do Contrato, os valores propostos. **VII.** Comunicar à Gerência de Cadastro de Fornecedores/Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização. **VIII.** Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução do Contrato, bem como sobre os produtos. **IX.**

Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao Contratante ou terceiros, tendo como agente a Contratada, na pessoa de preposto ou estranhos. **X.** Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas. **XI.** Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos. **XII.** Cumprir o prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses corridos, a partir da entrega, contra defeitos de fabricação, vícios ou incompatibilidade de aplicação frente ao descritivo. **XIII.** Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento. **XIV.** Manter durante toda a vigência do Contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico. **XV.** Efetuar treinamento para os servidores do CONTRATANTE quanto à utilização do produto no âmbito do hospital. **XVI.** Emitir as notas fiscais com o mesmo número do CNPJ informado na documentação e proposta comercial apresentada na licitação – Pregão Eletrônico. **XVII.** Apresentar ao Gestor do contrato do contratante, no ato da assinatura do contrato, cópia autenticada da Anotação de Responsabilidade - ART referente aos serviços de instalação e manutenção dos equipamentos e fornecimentos objeto da contratação. **XVIII.** Comprovar ao Gestor do contrato do HOB, no ato da assinatura do contrato, mediante apresentação de cópia autenticada de documento legalmente reconhecido, de que dispõe de Engenheiro vinculado à empresa e devidamente habilitado, que se responsabilizará pela instalação, fornecimentos e manutenção dos equipamentos, durante todo o período de execução do contrato.

#### **11. RESPONSABILIDADES, DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

I. Credenciar, perante a contratada, mediante a documento hábil, servidor autorizado a solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento, bem como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos estabelecidos no Instrumento Convocatório. **II.** Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela Contratada, correspondente aos fornecimentos prestados. **III.** Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento.

29

#### **12. SANÇÕES APLICÁVEIS POR ILÍCITOS COMETIDOS NO CURSO DO PROCESSO LICITATÓRIO OU DA EXECUÇÃO CONTRATUAL, OBSERVADA A LEGISLAÇÃO QUE REGE A MATÉRIA:**

**12.1.** A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

I - previstas nos incisos I a IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993:

- a) advertência, observado o disposto no artigo 6º do Decreto Municipal 15.113/2013;
- b) multa, observado o disposto nos artigos 7º a 10 do Decreto Municipal 15.113/2013;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, observado o disposto nos artigos 11 a 14 do Decreto Municipal 15.113/2013;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, observado o disposto nos artigos 15 a 19 do Decreto Municipal 15.113/2013.

II - previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002:

- a) impedimento de licitar;
- b) impedimento de contratar.

**12.2.** A responsabilidade do infrator será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**12.3** Advertência:

12.3.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao infrator decorrente da inexecução de deveres que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a Administração.

12.3.1.1. Sem embargo de outras situações, o atraso na entrega de produtos, autoriza a aplicação de advertência, independentemente da aplicação de multa.

#### **12.4. Multa:**

12.4.1 O infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos no contrato ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 15.113, DE 08 DE JANEIRO DE 2013, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do produto, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- c) tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade Pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de licitação;
- f) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação junto ao SUCAF, dentro do prazo concedido pela Administração Pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

IV - multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do Contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do Contrato;
- g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do Contrato;
- h) tolerar, no cumprimento do Contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.

V - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

VI - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do Contrato;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do Contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

12.4.2. Se a recusa em assinar o Contrato for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

12.4.3. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

12.4.4. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

12.4.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas.

12.4.5.1. Na hipótese de cumulação serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

12.4.6. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I - se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o infrator pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

II - inexistindo faturas subsequentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;

III - impossibilitado o desconto a que se refere o inciso II, será o crédito correspondente inscrito em dívida ativa.

**12.5.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o Contrato ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

**12.6.** Da suspensão temporária de participação em licitação e do impedimento de contratar com a Administração:

12.6.1. A suspensão temporária impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a Administração por determinado período de tempo, e poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses exemplificativas:

I - por período entre 6 (seis) meses e 01 (um) ano, caso o infrator:

a) seja reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:

1 - atraso na execução do objeto;

2 - alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;

3 - regularização junto ao SUCAF ou não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa;

b) receba três penalidades de advertência, relativas ao mesmo Contrato, em periodicidade inferior a seis meses;

c) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos nos contratos ou nos casos de inexecução total ou parcial, sem embargo do previsto nos incisos I e II do item 12.4.1 deste Edital;

d) tumultue a sessão pública de licitação;

e) dê ensejo à rescisão ou cancelamento total ou parcial do Contrato;

f) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

g) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;

h) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

i) induza em erro a Administração;

II - por período entre 12 (doze) e 18 (dezoito) meses, caso o infrator:

a) atrase injustificadamente a execução do Contrato, implicando em necessária rescisão contratual;

b) paralise injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens;

c) pratique atos irregulares ou ilegalidades para obtenção de cadastramento junto ao SUCAF;

d) dê ensejo ao cancelamento do Contrato;

III - por período de 24 (vinte e quatro) meses, caso o infrator:

a) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, no momento da contratação ou durante a execução do Contrato, incluindo aqueles necessários ao registro junto ao SUCAF;

c) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos.

12.6.2. A aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação produzirá os seguintes efeitos:

I - impedimento de licitar e contratar com o órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção, durante o prazo da suspensão;

II - rescisão do Contrato celebrado, sem prejuízo da rescisão de outros contratos também celebrados com a Administração, caso a manutenção contratual ocasione-lhe um risco real ou para a segurança de seu patrimônio ou de seus servidores.

32

12.6.3. Na hipótese de serem atingidos outros contratos, o infrator deverá ser notificado para apresentação de defesa única no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.6.4. As autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse público e a conveniência administrativa, poderão deixar de aplicar os efeitos previstos no subitem 12.6.2, bem como aplicar prazos diferenciados, conforme o ilícito administrativo praticado.

12.6.5. A aplicação da penalidade de suspensão de participação em licitação por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

**12.7. Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública:**

12.7.1. A declaração de inidoneidade impede o infrator de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública e será aplicada, entre outros casos, nas seguintes hipóteses:

I - demonstração de inidoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa;

II - ato ou conduta que, segundo previsão no instrumento convocatório e/ou no contrato, seja passível da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade;

III - existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais.

12.7.2. As autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse público e a conveniência administrativa, poderão deixar de aplicar as penalidades previstas no item 12.8.1 deste instrumento, bem como aplicar prazos diferenciados, conforme o ilícito administrativo praticado.



12.7.3. Os efeitos da declaração de inidoneidade permanecem enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos da aplicação da penalidade e será concedida quando o infrator ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta, e/ou cumprir obrigação com ela firmada.

b) No ato da declaração de inidoneidade, a Administração deverá indicar o valor a ser ressarcido pelo infrator, com os respectivos critérios de correção, e/ou as obrigações pendentes de cumprimento.

12.7.4. A Administração rescindir o Contrato com o infrator penalizado com a declaração de inidoneidade, sem prejuízo da rescisão de outros contratos já celebrados, se a sua manutenção ocasionar-lhe um risco real, bem como para a segurança do seu patrimônio ou servidores.

12.7.4.1. Na hipótese de se atingir outros contratos, o infrator deverá ser notificado para apresentação de defesa única no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.7.4.2. Na hipótese de entes de outras esferas governamentais aplicarem a pena de inidoneidade a pessoa física ou jurídica que seja parte em contrato firmado com a Administração Pública municipal, caberá às autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens decidir sobre a rescisão ou manutenção do contrato em vigor neste Hospital.

12.7.4.3. O infrator a que se refere o item 12.7.4.2 somente poderá contratar com o Hospital Metropolitano Odilon Behrens após o decurso do prazo da penalidade de inidoneidade aplicada ou sua reabilitação.

33

## **12.8. Do impedimento de licitar e contratar:**

12.8.1. A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, ensejará o descredenciamento do infrator junto ao SUCAF, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - por período de até 1 (um) ano, nos casos de:

- a) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- b) ausência de entrega da documentação exigida no Edital;
- c) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade;

II - por período superior a 1 (um) e até 2 (dois) anos, nos casos de:

- a) atraso na execução do disposto no contrato;
- b) comportamento inidôneo;

III - por período superior a 2 (dois) anos, nos casos de:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) falha ou fraude na execução do contrato;
- c) fraude fiscal.

12.8.1.2. O atraso previsto na alínea 'a' do inciso II do item 12.8.1 configurar-se-á quando o infrator:

- a) deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 10 (dez) dias úteis contados da sua assinatura;
- b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços descritos no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 15 (quinze) dias intercalados.

12.8.2. A autoridade competente, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse e a conveniência administrativa, poderá deixar de aplicar a penalidade a que se refere o item 12.8.4.1 ou adotar prazo diferenciado.

12.8.3. A penalidade de impedimento produzirá os seguintes efeitos:

I - impedimento de licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município durante o prazo da penalidade;

II - rescisão do Contrato celebrado, sem prejuízo da rescisão de outros contratos já celebrados com o Município, se a manutenção contratual representar um risco real para a Administração ou para a segurança do seu patrimônio ou de seus servidores.

12.8.4. Na hipótese de entes de outras esferas governamentais aplicarem as penas de impedimento de licitar e contratar a pessoa física ou jurídica que seja parte em contrato firmado com o Município, caberá às autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens decidir sobre a rescisão ou manutenção do contrato em vigor no âmbito municipal.

12.8.4.1. O infrator a que se refere o item 12.8.3 somente poderá contratar com a Administração no âmbito municipal após sua reabilitação ou o decurso do prazo da penalidade aplicada.

12.8.5. A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração poderá ser cumulada com a penalidade de multa prevista em lei, edital ou contrato respectivo, devendo ser aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

12.8.6. É competente para aplicar as sanções de advertência e multa o Diretor Administrativo-Financeiro do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

12.8.7. A aplicação da penalidade de suspensão temporária é de competência da Superintendente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

12.8.8. Na aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão do direito de licitar e contratar, será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação.

12.8.9. Na aplicação da penalidade declaração de inidoneidade, será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

12.8.10. As multas não eximem a Contratada da plena execução do fornecimento contratado.

12.8.11. O desempenho insatisfatório da adjudicatária será anotado em sua ficha cadastral, nos termos do artigo 24, do Decreto Municipal n.º 11.245/2003.

12.8.12. Estendem-se os efeitos das penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade, e de impedimento de licitar e contratar aos sócios de pessoa jurídica penalizada.

12.8.12.1. Sobre as pessoas jurídicas que tenham sócios em comum com o infrator também recairão os efeitos da aplicação de penalidade a que se refere o item 12.8.12.

### **13. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA (PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS):**

A licitante deverá disponibilizar um Engenheiro a ela vinculado que será responsável pela instalação dos equipamentos e pela manutenção, devendo este emitir ART dos serviços prestados.

### **14. DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (INDICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REUNIÕES; DE ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS SOBRE O ANDAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO; DE USO DE EPI, UNIFORMES E/OU CRACHÁS PELOS REPRESENTANTES DA CONTRATADA RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO SERVIÇO; ETC):**

14.1. Todo o processo de transição será de inteira responsabilidade da licitante vencedora, devendo a mesma providenciar os contatos necessários com o atual fornecedor para viabilização do fornecimento no tempo determinado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens e suas Unidades hospitalares, sendo que deverá ser apresentado à Diretoria do Hospital, com antecedência, todo o plano de transição.

14.2. A licitante vencedora deverá arcar com os custos necessários para viabilizar os pré-requisitos para instalação dos equipamentos e interligação destes na atual rede do HOB e de suas unidades hospitalares.

14.3. O fornecimento de Gás, no período de transição (quer seja cilindros ou direto do caminhão), será por conta do licitante vencedor.

#### **15. FORMA DE ACONDICIONAMENTO:**

Conforme Normas técnicas vigentes.

#### **16. MONTAGEM OU FORNECIMENTO DO PRODUTO:**

Conforme Normas do Fabricante e disponibilidade do local no HOB e sua unidades.

#### **17. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

17.1. A licitante vencedora deverá prestar ao contratante garantia de execução do contrato, **no prazo máximo de até 10 (dez) dias após a sua assinatura**, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, nos termos previstos no artigo 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, por meio de depósito bancário em conta corrente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, a ser indicada pela Gerência de Orçamento e Finanças;
- b) Títulos da Dívida Pública;
- c) Seguro Garantia;
- d) Fiança Bancária

35

17.1.1. A Contratada deverá apresentar ao contratante, **no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato**, o documento comprobatório da garantia prestada, sob pena de aplicação de sanção, inclusive multa e rescisão contratual.

17.1.2. A Contratada deverá apresentar complemento à garantia inicial, sempre que o valor do Contrato vier a crescer, devido a aditamentos que acarrete alteração em seu valor global estimado.

17.1.3. Se o valor da garantia de execução for utilizado para o pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a restabelecer o seu valor integral, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar da data em que for comunicada pelo Contratante.

17.1.4. O descumprimento dos prazos estipulados nos parágrafos anteriores acarretará a retenção dos créditos da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

17.1.5. O valor da garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, indenizações ao HMOB e a terceiros, e por todas as multas impostas à Contratada, sem que isso inviabilize a aplicação de multas em valor superior ao da garantia prestada.

17.1.6. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

#### **18. DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS:**

**18.1.** A manutenção **PREVENTIVA** consistirá na verificação dos equipamentos fornecidos pela contratada (**CENTRAIS**), e a manutenção **CORRETIVA** consistirá no reparo dos defeitos, apresentados pelos mesmos no decorrer de sua utilização.

**18.2.** A manutenção será realizada em regime de visitas “PROGRAMADAS”, efetuadas mensalmente, de acordo com um cronograma anual (com as datas marcadas) previamente estabelecido e aprovado entre as partes, e as visitas de “EMERGÊNCIA” poderão ocorrer quantas vezes forem necessárias no mês corrente, em face de possíveis defeitos detectados que não permitam a espera pela manutenção programada.

**18.3.** Após cada visita “programada” ou de “emergência” deverá ser emitido pela CONTRATADA um relatório comprovando os serviços realizados, que constituirá documento comprobatório da visita do técnico, o qual deverá ser assinado pelas partes.

**18.4.** A empresa vencedora do processo licitatório ficará obrigada a prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva nas seguintes instalações: Centrais reservas de cilindros e Tanque de armazenamento.

## **19. DAS PALESTRAS E CURSOS:**

A empresa contratada fica obrigada a ministrar, sem nenhum ônus para o Hospital Metropolitano Odilon Behrens, palestras e treinamentos a todos os funcionários do hospital sobre segurança, manuseio e utilização dos gases e equipamentos.

## **20. DOS LAUDOS TÉCNICOS E RELATÓRIOS:**

**20.1** A contratada deverá entregar a ficha técnica de cada produto fornecido quando solicitado.

**20.2** A contratada deverá apresentar mensalmente relatório mostrando o fornecimento médio e o real, por tipo de gás, do HOB, através de planilhas e gráficos.

## **21. DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS;**

Nos casos em que for necessária a substituição de peças nos equipamentos do HOB, a contratada deverá apresentar orçamento prévio a Hospital Metropolitano Odilon Behrens, para compor processo de compras destinado à aquisição das peças, observando-se os procedimentos da Lei 8.666/93.

## **22. DA REDE DE CONDUÇÃO DE GASES E CENTRAIS RESERVAS DE CILINDROS:**

O Hospital Metropolitano Odilon Behrens disponibilizará a atual rede implantada no hospital (exceto o tanque para armazenamento de oxigênio líquido e os equipamentos das centrais) para o fornecimento de gases.

## **23. NOME, CARGO E HM DO(S) FUNCIONÁRIO(S) GERENCIADOR(ES) DO CONTRATO:**

Anderson Cleyton Milhorato Pereira - Gerente de Infraestrutura e Manutenção Hospitalar - HM: 6019-6 - Área de lotação - GIMH-HOB

## **24. NOME, CARGO E HM DO(S) FUNCIONÁRIO(S) FISCALIZADOR(ES) DO CONTRATO:**

Fiscal titular: Gelcinéia Oliveira de Andrade Santos Técnico administrativo - HM: 6427-2 - Área de lotação - GIMH-HOB.

Fiscal substituto: Jacques Rodrigues Barbosa, HM 06915-0, Serviço de Almoxarifado Geral e Patrimônio.

## **25. EQUIPE DE APOIO**

Anderson Cleyton Milhorato Pereira - Gerente de Infraestrutura e Manutenção Hospitalar HM: 6019-6 - Área de lotação- GINFRA.

Renata Cristina de Oliveira de Paula - Matrícula: HM: 05621-0

## **26. PREGOEIRO:**

Edmundo Souzalima Caldoncelli Franco – HM 6026-9

## **27. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

A despesa ocorrerá por conta das seguintes dotações orçamentárias:  
**2301.3302.10.302.030.2616/0001/339030-06, Fonte SOF 03-06, Fonte SICOM 1-12;**  
**2301.3304.10.302.030.2875.0002/339030-06, Fonte SOF: 03-06, Fonte SICOM: 1-12;**  
**2301.3304.10.302.030.2875.0004-/339030-06, Fonte SOF: 03-06, Fonte SICOM:1-12**

## **28. DO PAGAMENTO:**

**28.1. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** até 20 (vinte) dias úteis após a entrega do produto e sua aceitação, com apresentação da nota fiscal ou comprovante equivalente (comprovante legal);

**28.2. ÓRGÃO RESPONSÁVEL:** Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças.

**28.3. GERÊNCIA:** Gerência de Orçamento e Finanças.

Belo Horizonte, 26 de dezembro de 2019

Liliam Maria de Oliveira Araújo  
GMAT – Gerência de Compras, Contratos e Convênios

Guilherme José Antonini Barbosa  
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA ESCRITA  
PREGÃO TIPO ELETRÔNICO Nº 152/2019 - PROCESSO Nº 03-80/2019**

PROPOSTA COMERCIAL (em papel timbrado da proponente)		
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2019 - PROCESSO Nº 03-80/2019		
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA		PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
Razão Social		
CNPJ		
Endereço		
Telefone/Fax		
Nome do representante legal para assinatura do Contrato		CPF N.º
Nome e número do Banco, da Agência e da conta corrente, para o recebimento dos pagamentos		

ITEM	SICAM	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. HOB	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	03623	M³	Oxigênio líquido a granel	600.000		
02	04012	M³	Oxigênio em cilindros	8.000		
03	17712	Kg	Oxido nitroso em cilindros	4.200		
04	22717	Kg	Acetileno em cilindro	120		
05	22718	Kg	CO2 em cilindro super seco	500		
06	40023	M³	Nitrogênio super seco	700		
VALOR TOTAL GERAL						R\$
PRAZO DE ENTREGA						
PRAZO DE GARANTIA/VALIDADE						
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA						
<p>Declaro, sob as penas da Lei, que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto da presente licitação, e que estou de acordo e cumpro integralmente todas as normas e requisitos do Edital nº 152/2019 e seus anexos, sendo que o(s) produto(s) ofertado(s) atende(m) plenamente a especificação contida no referido Edital.</p>						
Assinatura do proponente:						

**ANEXO III – A- MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZ O HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS E A EMPRESA ..... POR MEIO DO PROCESSO DE COMPRAS N.º 03-80/2019, MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 152/2019.**

O **HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**, Autarquia Municipal, com sede na Rua Formiga n.º 50, Bairro São Cristóvão, Belo Horizonte/MG, inscrito no CNPJ sob o n.º 16.692.121/0001-81, neste ato representada pelo seu Superintendente, Dr. Danilo Borges Matias, denominado **CONTRATANTE** e a empresa ....., estabelecida na ..... Bairro ....., inscrita no CNPJ sob o n.º ....., representada neste instrumento pelo representante ao fim assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acertado o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 152/2019, em conformidade com a Lei Complementar n.º 101/2000, Lei Federal n.º 8.666/1993 e posteriores alterações, Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto Municipal n.º 10.710/2001, Decreto Municipal n.º 12.437/2006, Decreto Municipal n.º 12.436/2006, Decreto Municipal 16.535/2016, Decreto Municipal 15.113/2013, e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS, GÁS ACETILENO E ÓXIDO NITROSO PARA ATENDER A DEMANDA CONTÍNUA**, nas especificações e quantidades relacionadas na Cláusula Segunda, **observado o plano de trabalho anexo ao presente instrumento.**

39

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO**

2.1. O valor global do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo os seguintes preços unitários:

ITEM	SICAM	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. HOB	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	03623	M³	Oxigênio líquido a granel	600.000		
02	04012	M³	Oxigênio em cilindros	8.000		
03	17712	Kg	Oxido nitroso em cilindros	4.200		
04	22717	Kg	Acetileno em cilindro	120		
05	22718	Kg	CO2 em cilindro super seco	500		
06	40023	M³	Nitrogênio super seco	700		
<b>VALOR TOTAL GERAL</b>						R\$

2.2 - Os valores do objeto deste contrato, se necessário, poderão ser reajustados, por solicitação da contratada, após o transcurso de 01 (um) ano, contado da data de apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial que melhor atenda às peculiaridades do caso concreto, e represente o menor percentual de reajuste no período apurado.

Parágrafo único. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da data do requerimento da CONTRATADA, observado o transcurso do prazo estabelecido no item 2.2.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

**3.1.** A vigência do presente Contrato será pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir do seu cadastro/ativação no Sistema Unificado de Contratos, Convênios e Congêneres - SUCC, podendo ser aditado nas hipóteses permitidas pela Lei Federal 8.666/1993.

### CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO

#### 4.1 - DO HORÁRIO DE ENTREGA DOS GASES:

**4.1.1.** Os gases deverão ser entregues **diariamente (seg. a sábado) no horário de 07h00min às 16h00min**, no caso de fornecimento prestado através de cilindros;

**4.1.2.** A entrega de oxigênio armazenado em tanque será realizada mediante pedido da contratante ou mediante controle da contratado **com 01 (um) dia de antecedência**, ou de acordo com as necessidades do hospital, (podendo ser estabelecido pelo HOB um calendário prévio para fornecimento). As entregas ocorrerão no horário de **07h00min às 19h00min**, em dias úteis.

**4.1.3.** Além das entregas automáticas e programadas, a contratada deverá atender chamados de urgência para fornecimento de gases e para manutenção nos equipamentos fornecidos por eles (Centrais), **no prazo máximo de 04 (quatro) horas**;

**4.1.4.** A contratada deverá manter a disposição do contratante, serviços de bips, telefones celulares, rádios comunicadores ou quaisquer outros meios de comunicação que possibilite o contato direto e urgente entre o contratante e a contratada.

#### 4.2 - DO LOCAL E CONDIÇÕES PARA ENTREGA DOS PRODUTOS E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

**4.2.1.** O local para entrega dos produtos e prestação dos serviços será:

a) **HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS** Avenida José Bonifácio S/N. Bairro: São Cristóvão. Belo Horizonte- MG - CEP: 31.210-690.

b) **UNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA** (Rua Joaquim Gouveia, nº 560 bairro São Paulo- BH-MG).

c) **NÚCELO DE CIRURGIA AMBULATORIAL** (Rua Joaquim Felício nº 110, bairro Sagrada Família- BH-MG).

d) **UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA** (Rua Dr. João Carvalhais de paiva, 85, São Cristóvão)

**4.2.2.** O objeto desta Licitação deverá estar disponível para fornecimento a partir da assinatura do contrato.

**4.2.3.** OS DIAS E HORÁRIOS PARA ENTREGA DOS PRODUTOS SOLICITADOS SERÃO DETERMINADOS OBEDECENDO AS NORMAS E FLUXOS DO HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS.

**4.2.3.1.** Os chamados para a realização de manutenções **CORRETIVAS** deverão ser atendidos **no prazo máximo de 04 (quatro) horas**. As manutenções preventivas serão realizadas de acordo com o cronograma fixado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

**4.3.** A entrega deverá ser realizada perante a Comissão de Recebimento designada pela CONTRATANTE para tal fim, que adotará os seguintes procedimentos:

a) provisoriamente em até 5 (cinco) dias úteis: de posse dos documentos apresentados pela CONTRATADA e de uma via do Contrato e da proposta respectiva, receberá os produtos para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços, embalagens e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazo de 05 (cinco) dias úteis para



correção pela CONTRATADA, ou aprovando, receberá provisoriamente os bens, mediante recibo;

b) definitivamente em até 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento provisório, após verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do Edital e da proposta vencedora, quando será efetivado o recebimento definitivo mediante expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias).

**4.4.** Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a Comissão de Recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à CONTRATANTE para aplicação de penalidades.

**4.5.** Em caso de necessidade de providências por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e considerado a entrega em atraso, sujeitando-a à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE GARANTIA**

Os produtos e serviços prestados terão **garantia mínima de 12 (doze) meses**, a contar da data da entrega e sua aceitação pelo contratante.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO**

A Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento será retirada pela CONTRATADA na Gerência de Orçamento e Finanças, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação.

41

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO ADITAMENTO DO CONTRATO**

**7.1.** Qualquer alteração contratual, desde que prevista na Lei Federal nº 8.666/1993, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, precedido este de autorização expressa do Representante Legal do CONTRATANTE, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.** Constitui obrigações da CONTRATADA:

**I.** Atender todos os pedidos de fornecimento, durante a vigência do Contrato.

**II.** Atender, no prazo fixado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens, as convocações para retirada da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

**III.** Fornecer os produtos de acordo com as especificações exigidas no Instrumento Convocatório e na Proposta.

**IV.** Respeitar o prazo de entrega fixado neste Contrato.

**V.** Substituir, no prazo fixado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens, todos os produtos entregues fora das especificações, com data de validade inferior à permitida pelo Hospital ou com quaisquer outras irregularidades.

**VI.** Manter, durante toda a vigência do Contrato, os valores propostos.

**VII.** Comunicar à Gerência de Cadastro de Fornecedores/Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

**VIII.** Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução do Contrato, bem como sobre os produtos.

**IX.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou terceiros, tendo como agente a Contratada, na pessoa de preposto ou estranhos.

**X.** Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

**XI.** Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos.

**XII.** Cumprir o prazo de garantia **mínima de 12 (doze) meses** corridos, a partir da entrega e aceitação do produto, contra defeitos de fabricação, vícios ou incompatibilidade de aplicação frente ao descritivo.

**XIII.** Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, de seu estabelecimento até o local determinado pelo contratante, bem como pelo seu descarregamento.

**XIV.** Manter durante toda a vigência do Contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico.

**XV.** Fornecer os produtos obedecendo todas as normas da Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde.

**XVI.** Emitir as notas fiscais com o mesmo número do CNPJ informado na documentação e proposta comercial apresentada na licitação – Pregão Eletrônico.

42

**XVII.** Efetuar treinamento para os servidores do CONTRATANTE quanto à utilização do produto no âmbito do hospital.

**XVIII.** Fornecer ao contratante, em regime de comodato, os equipamentos conforme especificado no anexo I do Edital do Pregão Eletrônico 152/2019.

**XIX.** Apresentar ao Gestor do contrato do Contratante, **no ato da assinatura deste contrato**, cópia autenticada da Anotação de Responsabilidade - ART referente aos serviços de manutenção e instalação dos equipamentos, e fornecimentos objeto da contratação.

**XX.** Comprovar ao Gestor do contrato do Contratante, **no ato da assinatura deste contrato**, mediante apresentação de cópia autenticada de documento legalmente reconhecido, de que dispõe de Engenheiro vinculado à empresa e devidamente habilitado, que se responsabilizará pelos fornecimentos, instalação e manutenção dos equipamentos, durante todo o período de execução do contrato.

**XXI.** Atender todas as demais disposições do Edital do Pregão Eletrônico 152/2019 e seus anexos.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

### **9.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:**

**I.** Credenciar, perante a CONTRATADA, mediante documento hábil, servidor autorizado a solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento, bem como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

**II.** Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela CONTRATADA, correspondente aos fornecimentos prestados.

**III.** Gerenciar e fiscalizar a execução do contrato durante toda a sua vigência, aferindo a conformidade dos produtos entregues com as especificações contidas no presente instrumento

e no Edital do Pregão Eletrônico 152/2019, bem como com as exigências no Ministério da Saúde/Vigilância Sanitária/ANVISA.

IV. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento e/ou prestação dos serviços de manutenção e instalação dos equipamentos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até **20 (vinte) dias úteis** após a data de **entrega e aceitação dos produtos**, mediante validação das condições satisfatórias no verso da Nota Fiscal, validação, esta dada apenas se os produtos entregues atenderem completamente as exigências deste Edital.

**10.1.1** - O faturamento será realizado na seguinte forma:

a) Cilindros: **Quantidade de cilindros repostos no mês.**

b) Oxigênio a granel: **Quantidade colocada no tanque**

**10.2.** A fatura/nota fiscal será obrigatoriamente instruída com a respectiva Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento e descreverá a marca e quantidade do bem efetivamente entregue.

**10.3.** A CONTRATADA encaminhará a(s) Nota Fiscal(ais)/Fatura ao setor recebedor do produto que conferirá, atestará e remeterá à Gerência de Orçamento e Finanças do Hospital Metropolitano Odilon Behrens para pagamento, juntamente com o Empenho/Ordem de Fornecimento respectivo.

**10.4.** Havendo necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso do prazo referido no item I desta Cláusula será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

**10.5.** Poderá ser atrasado o pagamento de qualquer fatura que contrarie as especificações contidas na Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento ou Proposta apresentada, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**10.6.** O Hospital Metropolitano Odilon Behrens poderá reter o pagamento em caso de dano de responsabilidade da CONTRATADA, ou, ainda, para recebimento das multas aplicadas como penalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária sob as rubricas: **2301.3302.10.302.030.2616/0001/339030-06, Fonte SOF 03-06, Fonte SICOM 1-12; 2301.3304.10.302.030.2875.0002/339030-06, Fonte SOF: 03-06, Fonte SICOM: 1-12; 2301.3304.10.302.030.2875.0004/339030-06, Fonte SOF: 03-06, Fonte SICOM:1-12.**

**Parágrafo único.** Caso ocorra alteração da Dotação Orçamentária esta passará a fazer parte do presente Contrato, através do termo de apostila, que será obrigatoriamente juntado ao processo de compras.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

I - previstas nos incisos I a IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993:

a) advertência, observado o disposto no artigo 6º do Decreto Municipal 15.113/2013;

b) multa, observado o disposto nos artigos 7º a 10 do Decreto Municipal 15.113/2013;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, observado o disposto nos artigos 11 a 14 do Decreto Municipal 15.113/2013;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, observado o disposto nos artigos 15 a 19 do Decreto Municipal 15.113/2013.

II - previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002:

a) impedimento de licitar;

b) impedimento de contratar.

**12.2.** A responsabilidade do infrator será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

### 12.3 Advertência:

12.3.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao infrator decorrente da inexecução de deveres que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a Administração.

12.3.1.1. Sem embargo de outras situações, o atraso na entrega de produtos, autoriza a aplicação de advertência, independentemente da aplicação de multa.

### 12.4. Multa:

12.4.1 O infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos no contrato ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 15.113, DE 08 DE JANEIRO DE 2013, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do produto, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;

b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;

c) tumultuar a sessão pública da licitação;

d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade Pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de licitação;

f) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação junto ao SUCAF, dentro do prazo concedido pela Administração Pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;

g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

IV - multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do Contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do Contrato;
- g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do Contrato;
- h) tolerar, no cumprimento do Contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.

V - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

VI - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do Contrato;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do Contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

12.4.2. Se a recusa em assinar o Contrato for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

45

12.4.3. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

12.4.4. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

12.4.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas.

12.4.5.1. Na hipótese de cumulação serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

12.4.6. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I - se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o infrator pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

II - inexistindo faturas subsequentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;

III - impossibilitado o desconto a que se refere o inciso II, será o crédito correspondente inscrito em dívida ativa.

**12.5.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o Contrato ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

**12.6.** Da suspensão temporária de participação em licitação e do impedimento de contratar com a Administração:

12.6.1. A suspensão temporária impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a Administração por determinado período de tempo, e poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses exemplificativas:

I - por período entre 6 (seis) meses e 01 (um) ano, caso o infrator:

a) seja reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:

1 - atraso na execução do objeto;

2 - alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;

3 - regularização junto ao SUCAF ou não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa;

b) receba três penalidades de advertência, relativas ao mesmo Contrato, em periodicidade inferior a seis meses;

c) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos nos contratos ou nos casos de inexecução total ou parcial, sem embargo do previsto nos incisos I e II do item 12.4.1 deste Edital;

d) tumultue a sessão pública de licitação;

e) dê ensejo à rescisão ou cancelamento total ou parcial do Contrato;

f) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

g) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;

h) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

i) induza em erro a Administração;

II - por período entre 12 (doze) e 18 (dezoito) meses, caso o infrator:

a) atrase injustificadamente a execução do Contrato, implicando em necessária rescisão contratual;

b) paralise injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens;

c) pratique atos irregulares ou ilegalidades para obtenção de cadastramento junto ao SUCAF;

d) dê ensejo ao cancelamento do Contrato;

III - por período de 24 (vinte e quatro) meses, caso o infrator:

a) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, no momento da contratação ou durante a execução do Contrato, incluindo aqueles necessários ao registro junto ao SUCAF;

c) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos.

12.6.2. A aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação produzirá os seguintes efeitos:

I - impedimento de licitar e contratar com o órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção, durante o prazo da suspensão;

II - rescisão do Contrato celebrado, sem prejuízo da rescisão de outros contratos também celebrados com a Administração, caso a manutenção contratual ocasione-lhe um risco real ou para a segurança de seu patrimônio ou de seus servidores.

12.6.3. Na hipótese de serem atingidos outros contratos, o infrator deverá ser notificado para apresentação de defesa única no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.6.4. As autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse público e a conveniência administrativa, poderão deixar de aplicar os efeitos previstos no subitem 12.6.2, bem como aplicar prazos diferenciados, conforme o ilícito administrativo praticado.

12.6.5. A aplicação da penalidade de suspensão de participação em licitação por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

**12.7. Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública:**

12.7.1. A declaração de inidoneidade impede o infrator de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública e será aplicada, entre outros casos, nas seguintes hipóteses:

I - demonstração de inidoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa;

II - ato ou conduta que, segundo previsão no instrumento convocatório e/ou no contrato, seja passível da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade;

III - existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais.

12.7.2. As autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse público e a conveniência administrativa, poderão deixar de aplicar as penalidades previstas no item 12.8.1 deste instrumento, bem como aplicar prazos diferenciados, conforme o ilícito administrativo praticado.

12.7.3. Os efeitos da declaração de inidoneidade permanecem enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos da aplicação da penalidade e será concedida quando o infrator ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta, e/ou cumprir obrigação com ela firmada.

b) No ato da declaração de inidoneidade, a Administração deverá indicar o valor a ser ressarcido pelo infrator, com os respectivos critérios de correção, e/ou as obrigações pendentes de cumprimento.

12.7.4. A Administração rescindir o Contrato com o infrator penalizado com a declaração de inidoneidade, sem prejuízo da rescisão de outros contratos já celebrados, se a sua manutenção ocasionar-lhe um risco real, bem como para a segurança do seu patrimônio ou servidores.

12.7.4.1. Na hipótese de se atingir outros contratos, o infrator deverá ser notificado para apresentação de defesa única no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.7.4.2. Na hipótese de entes de outras esferas governamentais aplicarem a pena de inidoneidade a pessoa física ou jurídica que seja parte em contrato firmado com a Administração Pública municipal, caberá às autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens decidir sobre a rescisão ou manutenção do contrato em vigor neste Hospital.

12.7.4.3. O infrator a que se refere o item 12.7.4.2 somente poderá contratar com o Hospital Metropolitano Odilon Behrens após o decurso do prazo da penalidade de inidoneidade aplicada ou sua reabilitação.

**12.8. Do impedimento de licitar e contratar:**

12.8.1. A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, ensejará o descredenciamento do infrator junto ao SUCAF, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - por período de até 1 (um) ano, nos casos de:

- a) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- b) ausência de entrega da documentação exigida no Edital;
- c) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade;

II - por período superior a 1 (um) e até 2 (dois) anos, nos casos de:

- a) atraso na execução do disposto no contrato;
- b) comportamento inidôneo;

III - por período superior a 2 (dois) anos, nos casos de:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) falha ou fraude na execução do contrato;
- c) fraude fiscal.

12.8.1.2. O atraso previsto na alínea 'a' do inciso II do item 12.8.1 configurar-se-á quando o infrator:

- a) deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 10 (dez) dias úteis contados da sua assinatura;
- b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços descritos no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 15 (quinze) dias intercalados.

12.8.2. A autoridade competente, por ato devidamente motivado e fundamentado, presentes o interesse e a conveniência administrativa, poderá deixar de aplicar a penalidade a que se refere o item 12.8.4.1 ou adotar prazo diferenciado.

12.8.3. A penalidade de impedimento produzirá os seguintes efeitos:

I - impedimento de licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município durante o prazo da penalidade;

II - rescisão do Contrato celebrado, sem prejuízo da rescisão de outros contratos já celebrados com o Município, se a manutenção contratual representar um risco real para a Administração ou para a segurança do seu patrimônio ou de seus servidores.

48

12.8.4. Na hipótese de entes de outras esferas governamentais aplicarem as penas de impedimento de licitar e contratar a pessoa física ou jurídica que seja parte em contrato firmado com o Município, caberá às autoridades competentes do Hospital Metropolitano Odilon Behrens decidir sobre a rescisão ou manutenção do contrato em vigor no âmbito municipal.

12.8.4.1. O infrator a que se refere o item 12.8.3 somente poderá contratar com a Administração no âmbito municipal após sua reabilitação ou o decurso do prazo da penalidade aplicada.

12.8.5. A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração poderá ser cumulada com a penalidade de multa prevista em lei, edital ou contrato respectivo, devendo ser aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

12.8.6. É competente para aplicar as sanções de advertência e multa o Diretor Administrativo-Financeiro do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

12.8.7. A aplicação da penalidade de suspensão temporária é de competência da Superintendente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

12.8.8. Na aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão do direito de licitar e contratar, será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação.

12.8.9. Na aplicação da penalidade declaração de inidoneidade, será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

12.8.10. As multas não eximem a Contratada da plena execução do fornecimento contratado.

12.8.11. O desempenho insatisfatório da adjudicatária será anotado em sua ficha cadastral, nos termos do artigo 24, do Decreto Municipal n.º 11.245/2003.

12.8.12. Estendem-se os efeitos das penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade, e de impedimento de licitar e contratar aos sócios de pessoa jurídica penalizada.



12.8.12.1. Sobre as pessoas jurídicas que tenham sócios em comum com o infrator também recairão os efeitos da aplicação de penalidade a que se refere o item 12.8.12.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**13.1.** Das decisões proferidas pela Administração caberão recursos, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos casos de aplicação das penas de advertência, suspensão temporária, multa ou rescisão do Contrato.

**Parágrafo único:** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato ocorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade competente, devendo, neste caso a decisão ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do processo, sob pena de responsabilidade.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**14.1.** Ficam designados os servidores abaixo, como gestor e fiscais do contrato:

**a) GESTOR DO CONTRATO: ANDERSON CLEYTON MILHORATO PEREIRA** - Gerente de Infraestrutura e Manutenção Hospitalar - HM: 6019-6 - Área de lotação: GINFRA

**b) FISCAL TITULAR: GELCINÉIA OLIVEIRA DE ANDRADE SANTOS** Técnico administrativo - HM: 6427-2

**c) FISCAL SUBSTITUTO:** Jacques Rodrigues Barbosa, HM 06915-0, Serviço de Almojarifado Geral e Patrimônio.

49

§ 1º Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, o gestor e fiscal do Contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e fiscal do contrato deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES**

**15.1.** O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no art. 65 de Lei Federal nº 8.666/1993, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO**

**16.1.** Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/1993, e amigavelmente nos termos do Art. 79, inciso II.

**Parágrafo único** Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA fica a CONTRATANTE autorizada a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REGISTRO E DA PUBLICAÇÃO**

**17.1.** A eficácia do presente Contrato depende de seu registro junto ao Setor de Contratos/Gerência de Compras e Materiais, cabendo ao CONTRATANTE a publicação de seu extrato em edição do DOM – Diário Oficial do Município.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**18.1.** A Contratada deverá prestar ao contratante garantia de execução do presente contrato, no prazo máximo de até 10 (dez) dias após a sua assinatura, correspondente a 5% (cinco

**por cento)** do valor total do contrato, nos termos previstos no artigo 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, por meio de depósito bancário em conta corrente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, a ser indicada pela Gerência de Orçamento e Finanças;
- b) Títulos da Dívida Pública;
- c) Seguro Garantia;
- d) Fiança Bancária

**18.2.** A Contratada deverá apresentar, **no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato**, o documento comprobatório da garantia prestada, sob pena de aplicação de sanção, inclusive multa e rescisão contratual.

**18.3.** A Contratada deverá apresentar complemento à garantia inicial, sempre que o valor do Contrato vier a crescer, devido a aditamentos que acarrete alteração em seu valor global estimado.

**18.4.** Se o valor da garantia de execução for utilizado para o pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a restabelecer o seu valor integral, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar da data em que for comunicada pelo contratante.

**18.5.** O descumprimento dos prazos estipulados nos parágrafos anteriores acarretará a retenção dos créditos da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

**18.6.** O valor da garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, indenizações ao contratante a terceiros, e por todas as multas impostas à contratada, sem que isso inviabilize a aplicação de multas em valor superior ao da garantia prestada.

**18.7.** A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

50

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1.** É vedada à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o objeto deste Contrato.

**18.2.** A CONTRATADA deverá ATENDER a todas as orientações da CONTRATANTE para a perfeita execução do Contrato.

**18.3.** Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao CONTRATANTE e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão do Contrato.

**18.4.** O objeto deste Contrato será executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

**18.5.** Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

**19.1.** É competente o Foro da Comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência do presente Contrato.

E por assim estarem justas combinadas e contratadas, declaram as partes aceitarem todas as disposições contidas nas cláusulas do presente Contrato e firmam este, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, e para um só efeito.

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**DR. DANILO BORGES MATIAS  
SUPERINTENDENTE  
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**

**CONTRATADO**

**Integra o presente instrumento 01 (um) anexo denominado “Plano de Trabalho”**

## ANEXO DO CONTRATO – PLANO DE TRABALHO

**1. OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de gases medicinais, gás acetileno e óxido Nitroso para atender a demanda contínua do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

ITEM	SICAM	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. HOB
01	03623	M³	Oxigênio líquido a granel	600.000
02	04012	M³	Oxigênio em cilindros	8.000
03	17712	Kg	Oxido nitroso em cilindros	4.200
04	22717	Kg	Acetileno em cilindro	120
05	22718	Kg	CO2 em cilindro super seco	500
06	40023	M³	Nitrogênio super seco	700

### 2. JUSTIFICATIVA:

A contratação de empresa para o fornecimento destes gases e prestação dos serviços de manutenção são de extrema importância para o funcionamento do complexo Hospitalar Odilon Behrens, principalmente porque muitos pacientes graves dependem de oxigenioterapia para manutenção de suas vidas.

52

### 3. ARMAZENAMENTO DOS GASES:

**3.1** – Para armazenamento do oxigênio líquido a granel e a sua transformação em oxigênio gasoso, a empresa deverá fornecer **gratuitamente, em regime de comodato** (sem nenhum ônus por o CONTRATANTE), os seguintes equipamentos:

- Tanque criogênico com capacidade de 15.000 a 20.000 litros (HOB) (OBS: **Tanque atual pressão = 680 Mbar e volume = 11.807 m³**);
- Tanque Criogênico com capacidade de 6.000 a 10.000 litros (UNSA).
- Tanque Criogênico com capacidade de 6.000 a 10.000 litros (UPA HOB).
- Vaporizadores com capacidade de conversão de O2 líquido p/ o2 gasoso compatíveis com o consumo do HOB, UPA, UNSA.

### 3.2 – ARMAZENAMENTO DE GASES EM CILINDROS.

A contratada, deverá fornecer gratuitamente, em regime de comodato, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, **149 (CENTO E QUARENTA E NOVE)** cilindros para armazenamento dos gases sendo:

- 60 (sessenta) cilindros c/ capacidade de 8,00 m³ aproximadamente p/ oxigênio (O2);
- 20 (vinte) cilindros c/ capacidade de 28,00 kg aproximadamente p/ óxido nitroso (N2O);
- 04 (quatro) cilindros c/ capacidade de 12,00 kg aproximadamente p/ dióxido de carbono (CO2);
- 02 (dois) cilindros c/ capacidade de 9,00 kg aproximadamente p/ acetileno;

- 60 (sessenta) cilindros de alumínio c/ com capacidade 1,00 m<sup>3</sup> aproximadamente p/ oxigênio (O<sub>2</sub>);
- 4 (quatro) cilindros c/ capacidade de 8m<sup>3</sup> p/ nitrogênio super seco aproximadamente.

#### 4. FATURAMENTO

O faturamento será realizado de acordo com o seguinte:

Cilindros: Quantidade de cilindros repostos no mês.

Oxigênio a granel: Quantidade colocada no tanque

#### 5. DO HORÁRIO DE ENTREGA DOS GASES:

**5.1** Os gases deverão ser entregues diariamente (seg. a sábado) no horário de 07h00min às 16h00min, no caso de fornecimento prestado através de cilindros;

**5.2** A entrega de oxigênio armazenado em tanque será realizada mediante pedido da contratante ou mediante ao controle da contratada com 01 (um) dia de antecedência, ou de acordo com as necessidades do hospital, (podendo ser estabelecido pelo HOB um calendário prévio para fornecimento). No horário de 07h00min à 19h00min em dias úteis.

**5.3** Além das entregas automáticas e programadas, o fornecedor deverá atender chamados de urgência para fornecimento de gases e para manutenção nos equipamentos fornecidos por eles (**Centrais**), no prazo máximo de 04 (quatro) horas;

**5.4** A contratada deverá manter a disposição do contratante, serviços de bips, telefones celulares, rádios comunicadores ou quaisquer outros meios de comunicação que possibilite o contato direto e urgente entre o contratante e a contratada.

**5.5** fornecimento se dará de forma parcelada, mediante a necessidade diária do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

#### 6. DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS:

**6.1** A manutenção **PREVENTIVA** consistirá na verificação dos equipamentos fornecidos pela contratada (**CENTRAIS**), e a manutenção **CORRETIVA** consistirá no reparo dos defeitos, apresentados pelos mesmos no decorrer de sua utilização.

**6.2** A manutenção será realizada em regime de visitas “PROGRAMADAS”, efetuadas mensalmente, de acordo com um cronograma anual (com as datas marcadas) previamente estabelecido e aprovado entre as partes, e as visitas de “EMERGÊNCIA” poderão ocorrer quantas vezes forem necessárias no mês corrente, em face de possíveis defeitos detectados que não permitam a espera pela manutenção programada.

**6.3** Após cada visita “programada” ou de “emergência” deverá ser emitido pela CONTRATADA um relatório comprovando os serviços realizados, que constituirá documento comprobatório da visita do técnico, o qual deverá ser assinado pelas partes.

**6.4** A empresa vencedora do processo licitatório ficará obrigada a prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva nas seguintes instalações: Centrais reservas de cilindros e Tanque de armazenamento.

#### 7. DAS PALESTRAS E CURSOS:

A empresa contratada fica obrigada a ministrar, sem nenhum ônus para o Hospital Metropolitano Odilon Behrens, palestras e treinamentos a todos os funcionários do hospital sobre segurança, manuseio e utilização dos gases e equipamentos.

## 8. DOS LAUDOS TÉCNICOS E RELATÓRIOS:

8.1 A contratada deverá entregar a ficha técnica de cada produto fornecido quando solicitado.

8.2 A contratada deverá apresentar mensalmente relatório mostrando o fornecimento médio e o real, por tipo de gás, do HOB, através de planilhas e gráficos.

## 9. DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS;

Nos casos em que for necessária a substituição de peças nos equipamentos do HOB, a contratada deverá apresentar orçamento prévio a Hospital Metropolitano Odilon Behrens, para compor processo de compras destinado à aquisição das peças, observando-se os procedimentos da Lei 8.666/93.

## 10. DA REDE DE CONDUÇÃO DE GASES E CENTRAIS RESERVAS DE CILINDROS:

O hospital Metropolitano Odilon Behrens disponibilizará a atual rede implantada no hospital (exceto o tanque para armazenamento de oxigênio líquido e os equipamentos das centrais) para o fornecimento de gases.

## 11. DO LOCAL E CONDIÇÕES PARA ENTREGA DOS PRODUTOS E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.1 O local para entrega dos PRODUTOS e prestação dos serviços será:

- **HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS** Avenida José Bonifácio S/N. Bairro: São Cristóvão. Belo Horizonte- MG - CEP: 31.210-690.
- **UNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA** (Rua Joaquim Gouveia, nº 560 bairro São Paulo- BH-MG).
- **NÚCELO DE CIRURGIA AMBULATORIAL** (Rua Joaquim Felício nº 110, bairro Sagrada Família- BH-MG).
- **UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA** (Rua Dr. João Carvalhais de paiva, 85 – São Cristóvão)

54

11.2 O objeto contratado deverá estar disponível para fornecimento a partir da data de assinatura do contrato.

11.3. Os dias e horários para entrega dos produtos solicitados serão determinados obedecendo as normas e fluxos do HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS.

11.4 Os chamados para a realização de manutenções CORRETIVAS deverão ser atendidos no **prazo máximo de 04 (quatro) horas**. As manutenções preventivas serão realizadas de acordo com o cronograma fixado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

## 12. DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO:

12.1 Todo o processo de transição será de inteira responsabilidade da contratada, devendo a mesma providenciar os contatos necessários com o atual fornecedor para viabilização do fornecimento no tempo determinado, pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens e sua Unidades hospitalares, sendo que deverá ser apresentado à Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças do Hospital, com antecedência, todo o plano de transição.

12.2 A Contratada devese apresentar, com um caminhão abastecido de oxigênio, com no mínimo 04 (quatro) horas de antecedência do início da fase de transição.

12.3 O fornecimento de gás, no período de transição (quer seja cilindros ou direto do caminhão), será por conta da contratada.

**12.4** A entrega se dará mediante termo circunstanciado, que terá efeito provisório para fins de verificação de sua conformidade com o Edital.

**12.5** A Contratada deverá, **dentro de 30 dias uteis após a assinatura do contrato**, entregar e instalar os tanques e vaporizadores e as centrais de cilindros para suprimentos reserva.

**12.6** A Contratada deverá comprovar ao contratante, no ato da assinatura do contrato, que possui a ela vinculado engenheiro (s) registrado(s) no CREA, para supervisão dos serviços e fornecimentos objeto do contrato.

**12.7** Os equipamentos de comodato serão devolvidos após a vigência do contrato **em até 45 dias corridos**.

**12.8** A Contratada deverá arcar com os custos necessários para viabilizar os pré-requisitos para instalação do tanque criogênico e centrais reservas de oxigênio, óxido nitroso, tais como, localização, suprimento de energia elétrica, obras civis, entre outras estipuladas pela contratante. Essa instalação deverá ser vistoriada e aprovada pelo setor de engenharia da contratada.

### **13. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA (PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS):**

A Contratada deverá possuir Engenheiro a ela vinculado, que será responsável pelos fornecimentos, instalação dos equipamentos e pela sua manutenção, devendo este emitir ART dos serviços prestados, fornecendo uma cópia ao Gestor do contrato da Contratante.

### **14. DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(INDICAÇÃO DA NECESSIDADE DE REUNIÕES; DE ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS SOBRE O ANDAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO; DE USO DE EPI, UNIFORMES E/OU CRACHÁS PELOS REPRESENTANTES DA CONTRATADA RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO SERVIÇO; ETC):**

55

**14.1** - Todo o processo de transição será de inteira responsabilidade da contratada, devendo a mesma providenciar os contatos necessários com o atual fornecedor para viabilização do fornecimento no tempo determinado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens e suas Unidades hospitalares, sendo que deverá ser apresentado à Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças do Contratante, com antecedência, todo o plano de transição.

**14.2** – A Contratada deverá arcar com os custos necessários para viabilizar os pré-requisitos para instalação dos equipamentos e interligação destes na atual rede do HOB e de suas unidades hospitalares.

**14.3** - O fornecimento de Gás, no período de transição (quer seja cilindros ou direto do caminhão), será por conta da contratada.

### **15. FORMA DE ACONDICIONAMENTO:**

Conforme Normas técnicas vigentes.

### **16. MONTAGEM OU FORNECIMENTO DO PRODUTO:**

Conforme Normas do Fabricante e disponibilidade do local no HOB e sua unidades.

### **17. EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS, LAUDOS, TESTE DE CONFORMIDADE, PROVA DE CONCEITO E/OU CERTIFICAÇÕES COMO REQUISITO TÉCNICO DO OBJETO:**

Sempre que houver necessidade.

**18. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO (EM MESES):**

Será de 12 meses a partir do cadastro no SUCC- Sistema Unificado de Contratos, Convênios e Congêneres.

**19. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Integram o presente plano de trabalho, independente de transcrição, todas as demais disposições do Edital do Pregão Eletrônico 152/2019 e seus anexos.

\*\*\*\*\*



## ANEXO III - B - MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO

**CONTRATO DE COMODATO QUE ENTRE SI FAZ O HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS E A EMPRESA \_\_\_\_\_ POR MEIO DO PROCESSO DE COMPRAS N.º 03-21/2018, MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 152/2019.**

O **HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**, Autarquia Municipal, inscrito no CNPJ sob o n.º 16.692.121/0001-81, situado na Rua Formiga n.º 50, Bairro São Cristóvão, Belo Horizonte/MG, representado pelo seu Superintendente, Dr. Danilo Borges Matias, doravante denominado **COMODATÁRIO**, e de outro lado a Empresa \_\_\_\_\_, (ENDEREÇO), inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, doravante denominado **COMODANTE**, representado neste ato pelo seu representante ao fim assinado, tem justo e contratado o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1. O COMODANTE** cede ao **COMODATÁRIO**, nos termos do art. 578 e seguintes do Código Civil vigente os seguintes equipamentos:

#### **1.1.1 - ARMAZENAMENTO DOS GASES:**

1.1.1.1 – Para armazenamento do oxigênio líquido a granel e a sua transformação em oxigênio gasoso, o Comodante deverá fornecer gratuitamente, em regime de comodato (sem nenhum ônus para o Comodatário), os seguintes equipamentos:

- Tanque criogênico com capacidade de 15.000 a 20.000 litros (HOB) (OBS: Tanque atual pressão = 680 Mbar e volume = 11.807 m<sup>3</sup>);
- Tanque Criogênico com capacidade de 6.000 a 10.000 litros ( UNSA).
- Tanque Criogênico com capacidade de 6.000 a 10.000 litros (UPA HOB).
- Vaporizadores com capacidade de conversão de O<sub>2</sub> líquido p/ O<sub>2</sub> gasoso compatíveis com o consumo do HOB, UPA, UNSA.

#### **1.1.1.2 – ARMAZENAMENTO DE GASES EM CILINDROS:**

O Comodante deverá fornecer gratuitamente, em regime de comodato, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, **149 (CENTO E QUARENTA E NOVE) cilindros** para armazenamento dos gases sendo:

- 60 (sessenta) cilindros c/ capacidade de 8,00 m<sup>3</sup> aproximadamente p/ oxigênio (O<sub>2</sub>);
- 20 (vinte) cilindros c/ capacidade de 28,00 kg aproximadamente p/ óxido nitroso ( N<sub>2</sub>O);
- 04 ( quatro) cilindros c/ capacidade de 12,00 kg aproximadamente p/ dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>);
- 02 (dois) cilindros c/ capacidade de 9,00 kg aproximadamente p/ acetileno;
- 60 (sessenta) cilindros de alumínio c/ com capacidade 1,00 m<sup>3</sup> aproximadamente p/ oxigênio (O<sub>2</sub>);
- 4 (quatro) cilindros c/ capacidade de 8m<sup>3</sup> p/ nitrogênio super seco aproximadamente.

**1.3.** O **COMODANTE** dá em Comodato, a título gratuito, o(s)s equipamento(s) acima descrito(s) para uso pelo **COMODATÁRIO**, pelo período de **12 (doze) meses**, ou enquanto durarem os estoques dos produtos adquiridos da **COMODANTE**, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nas hipóteses legais.

**1.4.** O **COMODATÁRIO** recebe o(s)s equipamento(s) para utilização exclusiva, nos termos deste Contrato.

**1.5.** O(s)s equipamento(s) permanecerá(ão) nas dependências do **COMODATÁRIO**, ficando este responsável por informar ao **COMODANTE**, quando necessário, a alteração no local onde se encontra em uso no Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

**1.6.** O **COMODANTE** é titular e legítimo possuidor do(s)s equipamento(s) dados em Comodato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES**

### **2.1. DO COMODANTE:**

São atribuições do **COMODANTE**:

**2.1.1.** Promover o treinamento do pessoal responsável pelo manuseio dos equipamentos, bem como toda e qualquer manutenção que se fizer necessária, sem nenhum ônus para o Comodatário.

**2.1.2.** Manter rigoroso controle de qualidade sobre os equipamentos/produtos fornecidos ao **COMODATÁRIO** e, no caso de constatação de culpa, responderá civilmente por perdas e danos junto ao Comodatário ou terceiros prejudicados, sem prejuízo das sanções constantes na Cláusula Décima Segunda do Contrato de fornecimento, do qual este instrumento é acessório.

**2.1.3.** Atender as demais obrigações estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 152/2019, e no contrato de fornecimento e seu anexo (Plano de Trabalho)

### **2.2. DO COMODATÁRIO:**

São atribuições do **COMODATÁRIO** :

**2.2.1.** Conservar, como se seus próprios fora, os equipamentos emprestados, não podendo usá-los senão de acordo com o Contrato ou a natureza dele.

**2.2.2.** Operar e usar os equipamentos conforme instruções fornecidas em treinamento pelo **COMODANTE**.

**2.2.3.** Não locar, sublocar ou ceder os equipamentos e nem ceder este contrato.

**2.2.4.** Devolver ao **COMODANTE** os equipamento emprestados, nas mesmas condições em que foram recebidos, ressalvado apenas o desgaste decorrente do uso normal.

**2.2.5.** Atender demais disposições do edital do Pregão Eletrônico 152/2019 e do contrato de fornecimento e seu anexo (plano de trabalho)

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PROCEDIMENTO DE MANUTENÇÃO**

**3.1** O **COMODANTE** providenciará a retirada dos equipamentos para conserto, bem como providenciará a imediata reposição sem ônus para o **COMODATÁRIO**. Neste caso o **COMODATÁRIO** deverá emitir a documentação necessária.

**Parágrafo Único** - As solicitações do **COMODATÁRIO** para manutenção e/ou substituição dos equipamentos com defeitos deverão ser atendidas em **no máximo de 04 (quatro) horas**.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS SANÇÕES**

**4.1.** O descumprimento pelo **COMODANTE** das obrigações estabelecidas neste Contrato de Comodato acarretará a aplicação das sanções estabelecidas na Cláusula Décima Segunda do Contrato de Fornecimento, do qual este instrumento é acessório.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E RESCISÃO**

**5.1.** O Contrato de Comodato vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses**, com início na data de seu cadastro no Sistema Unificado de Contrato, Convênios e Congêneres – SUCC, podendo ser aditado nas hipóteses permitidas pela Lei Federal 8.666/1993.

**5.2.** O **COMODANTE** não poderá rescindir unilateralmente o presente Contrato, tampouco suspender o uso e gozo dos equipamentos comodatados, antes de findo o prazo de vigência deste instrumento legal ou término do estoque de produtos que deles dependam.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

**6.1.** O **COMODATÁRIO** providenciará a publicação do extrato do presente instrumento no Diário Oficial do Município, no prazo estabelecido na Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA- DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

7.1. Ficam designados os servidores abaixo, como gestor e fiscais do contrato:

a) **GESTOR DO CONTRATO: ANDERSON CLEYTON MILHORATO PEREIRA** - Gerente de Infraestrutura e Manutenção Hospitalar - HM: 6019-6 - Área de lotação: GINFRA

b) **FISCAL TITULAR: GELCINÉIA OLIVEIRA DE ANDRADE SANTOS** -Técnico administrativo - HM: 6427-2

c) **FISCAL SUBSTITUTO: JACQUES RODRIGUES BARBOSA**, HM 06915-0, Serviço de Almoxarifado Geral e Patrimônio.

§ 1º Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei Federal 8.666/1993, os gestores e fiscais do Contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e fiscal do CONTRATO deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

**8.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte/MG, para dirimir quaisquer questões relativas ao presente Comodato.

E por estarem justos e contratados de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**DR. DANILO BORGES MATIAS  
SUPERINTENDENTE  
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**

**COMODANTE**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA (EXIGIDA NO ARTIGO 4º DO DECRETO MUNICIPAL N.º 14.297, DE 02 DE MARÇO DE 2012).**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2019 - PROCESSO Nº 03-80/2019**

**D E C L A R A Ç ã O**

\_\_\_\_\_ (Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de \_\_\_\_\_ (Identificação completa da licitante) doravante denominado \_\_\_\_\_ (Licitante), para fins do disposto no item 12.1.3, letra “c” do Edital do Pregão Eletrônico nº 152/2019, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2019 foi elaborada de maneira independente \_\_\_\_\_ (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2019, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2019, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2019, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2019, quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2019, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2019, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2019, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa).

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2019  
PROCESSO DE COMPRAS Nº 03-80/2019**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

( ) Microempresa, ME ou ( ) Empresa de Pequeno Porte, EPP, definida no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;

( ) Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP , tendo auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.  
(Assinalar a condição da empresa)

( ) Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º. 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/1993.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

61

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

**ANEXO VI - MODELO DE ATESTADO DE VISITA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2019  
PROCESSO DE COMPRAS Nº 03-80/2019**

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

Atesto, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico 152/2019, que a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sito Rua/Av. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. (a) \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, Profissão \_\_\_\_\_ participou da Visita Técnica realizada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ nos locais onde serão realizados os fornecimentos e serviços objeto da licitação – Pregão Eletrônico n.º 152/2019 – Processo de Compras n.º 03-80/2019.

A empresa supracitada declara que seu representante vistoriou os locais dos serviços e fornecimentos, e que tem pleno conhecimento de todas as dificuldades porventura existentes para o cumprimento das obrigações objeto do certame, bem como para a formulação de sua proposta comercial.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Gerência de Infraestrutura e Manutenção Hospitalar  
Hospital Metropolitano Odilon Behrens

62

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da empresa visitante

**ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAL  
ENGENHEIRO, INSTALAÇÕES E PESSOAL TÉCNICO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 152/2019  
PROCESSO DE COMPRAS N.º 03-80/2019**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, sito na Rua/Av. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_,  
por de seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_,  
Profissão \_\_\_\_\_, declara junto ao Hospital Metropolitano Odilon Behrens, que  
disponibilizará, no ato da assinatura do contrato decorrente do Pregão Eletrônico n.º 152/2019,  
Processo de Compras n.º 03-80/2019, e durante toda a sua execução, um Engenheiro  
vinculado à empresa e devidamente habilitado, que será responsável tecnicamente pela  
supervisão dos fornecimentos, da instalação e manutenção dos equipamentos objeto da  
licitação em tela, durante toda a execução do contrato.

Declara ainda que disponibilizará, na data da assinatura do contrato, as instalações, o  
aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da  
licitação, se comprometendo a informar ao Hospital Metropolitano Odilon Behrens, também no  
ato da assinatura do contrato, os nomes e a qualificação de cada um dos membros da equipe  
técnica que se responsabilizarão pelos trabalhos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante da licitante